

# ANAIS DO IV SEMINÁRIO INTERNO DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA SOCIAL DA POLÍTICA

Universidade Federal de Juiz de Fora

**IV Seminário Interno do Núcleo de Estudos em  
História Social da Política**

Juiz de Fora

13 de outubro a 5 de novembro de 2020

## **IV Seminário Interno do Núcleo de Estudos em História Social da Política**

Núcleo de Estudos em História Social da Política

Rua José Lourenço Kelmer s/n – Campus Universitário

Juiz de Fora – Minas Gerais – Brasil

### **Site:**

<https://www.ufjf.br/nucleodehistoria/>

### **E-mail:**

[seminarionehsp2020@gmail.com](mailto:seminarionehsp2020@gmail.com)

### **Coordenadores:**

Alexandre Mansur Barata

Silvana Mota Barbosa

### **Comissão Organizadora:**

Eduardo da Silva Júnior

Guilherme Guimarães Martins

Kathleen de Oliveira Maia

Raphael Guilherme Santorio Silva

Thomaz Santos Leite

### **Apoio:**

Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Juiz de Fora

## Sumário

---

<b>1. SOCIABILIDADE MAÇÔNICA NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO – O CASO DE HIPÓLITO DA COSTA</b> .....	4
<b>2. VER (OU LER) PARA CRER: CARTOMANTES, PUBLICIDADE E IMPRENSA NO RIO DE JANEIRO (1860-1865)</b> .....	15
<b>3. “COSTURA É OFÍCIO DE MULHER”: MODA E TRABALHO FEMININO (RIO DE JANEIRO, 1830-1840)</b> .....	25
<b>4. NEGOCIANTES E IMPRESSOS: IMPRENSA MODERADA ENTRE MINAS GERAIS E O RIO DE JANEIRO (1827-1832)</b> .....	34

## 1. SOCIABILIDADE MAÇÔNICA NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO – O CASO DE HIPÓLITO DA COSTA

*Ana Clara Atanazio Cunha*<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo aborda a sociabilidade maçônica e também a expansão da cultura das Luzes através do enfoque dado a um personagem, o jornalista Hipólito da Costa. Sua biografia é rica e complexa quando analisada sob a sua face de homem público. Foram priorizados os momentos biográficos que sinalizam mais fortemente seu envolvimento com a maçonaria. Refiro-me aos motivos alegados para a sua prisão, mas além disso, para a importância dos irmãos depois que ele fugiu da cadeia - os abrigos e esconderijos e os apelos de amigos junto a D. João para alcançar o perdão. Ele contou com uma rede de contatos bem importante. Sendo assim, é possível abordar o caso em específico ligando-o de forma mais ampla e genérica às características, evidenciadas pela historiografia, próprias da sociabilidade maçônica.

**Palavras-chave:** Hipólito da Costa; sociabilidade maçônica; ilustração.

**Abstract:** This article discusses Masonic sociability and also the expansion of the culture of the Lights through the focus given to a character, the journalist Hipólito da Costa. His biography is rich and complex when analyzed under his face as a public man. Priority was given to the biographical moments that most strongly signal his involvement with Freemasonry. Such as the alleged reasons for his arrest, however in addition, to the importance of the brothers after he escaped from jail - the shelters and hiding places and the appeals of friend with D. João to reach forgiveness. He had a very important network of contacts. Thus, it is possible to approach the case in a specific way linking it in a broader and generic way to the characteristics, evidenced by historiography, characteristic focus on the Masonic sociability.

**Keywords:** Hipólito da Costa; Masonic sociability; illustration.

Hipólito José da Costa, foi um importante jornalista e debatedor público de seu tempo. Nascido na Colônia do Sacramento à margem esquerda do Rio da Prata em 1774, ele deixaria como principal legado o periódico *Correio Braziliense* que editou entre os anos de 1808 a 1822, em Londres. Filho do alferes Félix Furtado de Mendonça e Ana Josefa Pereira de Mesquita, tinha mais dois irmãos, Felício Joaquim e José Saturnino, do qual era mais próximo. Seu tio

---

<sup>1</sup> Graduanda em História, na Universidade Federal de Juiz de Fora. O presente artigo faz parte do Projeto de Iniciação Científica intitulado “Sociabilidade maçônica e a expansão da cultura das Luzes no mundo luso-brasileiro (1790-1850)”, orientado pelo Professor Doutor Alexandre Mansur Barata, titular do Departamento de História da UFJF. E-mail para contato: [atanazio.clara@estudante.ufjf.br](mailto:atanazio.clara@estudante.ufjf.br)

materno, o Padre Doutor, Pedro Pereira Fernandes de Mesquita foi muito importante na formação sua e dos seus irmãos, iniciando os estudos de gramática e outras disciplinas, preparou os sobrinhos para o futuro no ensino superior. A família possuía prestígio e posses. No ano de 1782 seu pai recebeu porções de terras nos campos de Pelotas em função da atuação na campanha que resultou na expulsão dos espanhóis do Rio Grande do Sul.

A permanência de Hipólito no Brasil, porém, foi curta, já com 18 anos ingressou na Universidade de Coimbra iniciando o preparatório para o Curso de Direito, no qual se matriculou definitivamente em 1793<sup>2</sup>. Já se encontrava, portanto, no Portugal envolto na atmosfera ilustrada inaugurada formalmente pelas reformas empreendidas pelo Ministro Pombal<sup>3</sup>, anos antes, e que remodelou o sistema educativo português. No encalço das transformações, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, afilhado de Pombal, alçou ao cargo de ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos de D. João no ano de 1798. Verdadeiro representante do Reformismo Ilustrado, planejou uma série de expedições que tinham como objetivo estudar e colher informações de técnicas modernas que poderiam ser adaptadas à realidade do Império. Fazia parte do plano de superação das estruturas arcaicas portuguesas diante do diagnóstico do atraso do país em relação às potências europeias. Hipólito se destacou como estudante em Coimbra e em outubro de 1798 foi enviado, sob orientação do ministro, como representante do Estado para uma missão científica nos Estados Unidos da América. Viagem que durou aproximadamente dois anos e resultou na escrita do livro “O Diário da minha Viagem para Filadélfia<sup>4</sup>”. Foi a partir dessa experiência rodeada de novidades e estranhamentos perante uma sociedade diferente que Hipólito ingressou na maçonaria, em março de 1799, na Grande Loja de Washington. Para a escritora Thais Helena dos Santos esse episódio marcou o momento de inflexão na vida de Hipólito, alterando drasticamente sua trajetória. Sua missão era colher dados sobre as metodologias envolvidas no cultivo de espécies como o tabaco, devendo estar atento às soluções encontradas pelo país para o melhoramento da agricultura, mineração e transporte. Mas ao tomar contato com um ambiente marcado pelas instituições democráticas e pela presença da liberdade de imprensa, Hipólito não retornaria mais o mesmo, e sua vida sofreria uma reviravolta.

---

<sup>2</sup> LUSTOSA, Isabel. *O jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774 - 1823)*. Campinas: Editora Unicamp, 2019. 286 p.

<sup>3</sup> Debate historiográfico em torno desse momento da história portuguesa, conhecido como despotismo ilustrado, ver o que sugerem os autores Nuno Monteiro e Antônio Manuel Hespanha.

<sup>4</sup> PEREIRA, Hipólito da Costa. *Hipólito da Costa. Diário da minha Viagem para Filadélfia (1798-1799)*. 2ªed. Brasília: Senado Federal, 2004.

A narrativa cuidadosamente escrita em seu diário, por vezes nos permite observar aspectos culturais, da vida cotidiana, dos costumes e maneiras dos homens e mulheres que viveram nos Estados Unidos nessa virada de século. Sua grande admiração pelo debate público, tão caro a esse modelo de sociedade democrática, ficou registrada nas páginas, assim como seu deslumbramento diante das vestimentas usadas pelas quajeress: a “limpeza sem riquezas é o mais lindo ornato”<sup>5</sup>, estão presentes na narrativa do livro. Importante fonte histórica e biográfica, também deixada por Hipólito, nesse caso após sua fuga dos cárceres da Inquisição foi o livro “Narrativa da perseguição” publicado no ano de 1811, em Londres. O objetivo de tornar público seu relato, trouxe à tona uma clara defesa de sua reputação e honra além de consistente denúncia dos abusos cometidos contra seus direitos enquanto estivera preso pelo crime de ser “framaçom”. Ao narrar simplificadamente seu processo, quando lhe é perguntado os motivos que o fizeram participar da sociedade maçônica, argumenta:

Perguntou-me imediatamente o Ministro, que motivos tivera para me alistar nesta sociedade, ao que respondi que sabendo eu das perseguições, que alguns magistrados de Portugal tinham feito a certos homens, que se intitulavam framaçons, talvez sem que os fossem, e a quem a voz pública afirmava que estes magistrados haviam assacado muitos crimes, de que os tais presos se tinham inteiramente se justificado, mas depois de serem tratados com rigor indesculpável; e observando eu, ao mesmo tempo, que este procedimento de nossos magistrados era tão avesso da estimação geral, que via dar à framaçonaria por todos os homens que, naquele país, conheci notáveis em ciências e representação civil, este contraste foi o poderoso motivo que excitou a minha curiosidade, e me fez solicitar a admissão a esta Ordem, para poder fazer juízo entre esses tão opostos procedimentos.<sup>6</sup>

O elemento da curiosidade configura, de acordo os resultados das análises dos processos identificados pelo historiador Alexandre Barata<sup>7</sup>, como uma das principais motivações alegadas para o desejo de se fazer parte de uma sociedade secreta. O segredo em torno da instituição, alimentava o interesse dos profanos, para utilizar um termo próprio da maçonomia, inclusive entre os inquisidores que gastavam considerável tempo dos interrogatórios buscando respostas sobre o funcionamento interno da instituição. Ainda de acordo com Barata, outros incentivos se somavam, como a ideia de pertencer a uma comunidade marcada pela ampla rede de auxílios mútuos entre os membros. Buvalovas, ressalta a importância da sociabilidade maçônica para o sucesso da viagem de Hipólito aos Estados Unidos, por exemplo, em relação a sua segurança

---

<sup>5</sup> PEREIRA, Hipólito da Costa. *Diário da minha Viagem para Filadélfia (1798-1799)*. 2ªed. Brasília: Senado Federal, 2004. p.112. apud. BUVALOVAS, Helena dos Santos. *O Diário da minha Viagem para Filadélfia. Maçonaria e jornalismo político na missão de Hipólito José da Costa aos Estados Unidos*.

<sup>6</sup> COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da perseguição*. 3ªed. Brasília - DF: Fundação Assis Chateaubriand, 2001. 136 p.

<sup>7</sup> BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)*. 2002. 373p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

financeira no país estrangeiro, já que os recursos obtidos junto a Portugal logo se esgotaram. O nome do D. Hamilton, botânico, que aparece no diário de viagem teria auxiliado Hipólito com as pesquisas encomendadas pelo Estado, fornecendo plantas e informações essenciais para o avanço de sua missão. Jantares em casas de personalidades políticas e influentes que figuravam no país, também estão discretamente anotados em seu livro e indicam o círculo social do qual Hipólito passou a fazer parte.<sup>8</sup> Sua inserção na maçonaria abriu portas e janelas de oportunidades de contatos e referências que podem ser observadas tanto na viagem empreendida aos EUA, quanto em outros momentos decisivos de sua vida, como a fuga da prisão anos depois.

O conceito de sociabilidade, recorrente na sociologia há mais tempo, passou a ser objeto da história desde as contribuições do historiador Maurice Agulhon nos anos 1960 e 1970. Faz parte do movimento de renovação da história política, preocupada em compreender o discurso político, a mídia, a opinião pública para além dos temas tradicionais, dos partidos, guerras e eleições.<sup>9</sup> Na verdade, o olhar que se lança vê a política influenciando todos os aspectos da vida humana. O autor propunha o conhecimento das sociabilidades das elites e das classes populares a partir da existência de diversos grupos associativos, suas composições, interesses, vínculos de solidariedade e rivalidades, e mutações ao longo do tempo e espaço.<sup>10</sup> O conceito equivale aos sistemas de relações que confrontam indivíduos ou que os reúnem em grupos, mais ou menos naturais, restritos, estáveis e numerosos.<sup>11</sup>

O estudo do período anterior à Independência e da construção do Estado Nacional brasileiro evidencia um cenário político e social constituído por diversas associações multifuncionais, no qual se destaca a Maçonaria. A relevância de se pensar essa categoria analítica para o estudo histórico está na compreensão da política ligada às instituições de poder formais ou não, presentes na sociedade, nas quais ideias circulam, valores e visões de mundo são compartilhados, ampliando os lugares de debates. O estudo da sociabilidade maçônica nos permite acessar esse lugar de formação de opiniões e identidades, valorização de fundamentos e modos de se viver da modernidade.

---

<sup>8</sup> BUVALOVAS, Thais Helena dos Santos. O Diário da minha Viagem para Filadélfia. Maçonaria e jornalismo político na missão de Hipólito José da Costa aos Estados Unidos. *Almanack Braziliense*, São Paulo, ed. 9, p. 103 - 121, 2009.

<sup>9</sup> RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

<sup>10</sup> MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28, p. 3-22, fev. 2001.

<sup>11</sup> CANAL, Jordi. Los estudios sobre la sociabilidad en España: una revisión. *Arxius de sociologia*, Espanha, n. 3, p. 111-132.

Outro ponto a ser destacado como motivador do ingresso na sociedade diz respeito a visão da maçonaria como espaço de convívio e possibilidade de mobilidade social. Importante a se considerar também quando pensamos na trajetória do brasileiro em terras independentes. A chegada em um novo país sempre é mais difícil quando não se pode contar com a assistência de pessoas locais, de alguma forma estabelecer um laço de identidade em comum, de pertencimento a uma mesma comunidade, talvez o ajudasse a dar encaminhamento naquilo que lhe fora pedido, com mais facilidade. Por último, cabe ainda a explicação da maçonaria como um lugar de aperfeiçoamento moral e intelectual figurando também entre as motivações.

A maçonaria moderna, de caráter especulativo se desenvolveu de forma mais consistente a partir da virada do século XVII para o XVIII, inicialmente na Escócia e Inglaterra, mas rapidamente ganhou capilaridade e seu crescimento pôde ser sentido inclusive em ambiente colonial. A nova forma de sociabilidade expressava uma nova cultura secular, cuja “migração cultural maçônica<sup>12</sup>” difundia-se através dos irmãos livres e aceitos no continente europeu, suas colônias, e nos Estados Unidos, criando um ambiente social no qual as ideias circulavam. A inserção foi tamanha que segundo Marco Morel<sup>13</sup> na primeira metade do século XIX, na cidade imperial, a maçonaria representa 42% do total de associações presentes no Rio de Janeiro nesse período.

Nas palavras da historiadora Célia Marinho de Azevedo, a maçonaria era como um microcosmo da sociedade moderna emergente. Fundindo valores medievais e princípios iluministas a sociedade maçônica quando analisada sob a ótica dos preceitos que a caracterizam, é indubitavelmente atravessada pelo pensamento pautado na ideia da Razão e da Liberdade, ideias modernas, em evidência no século. Concomitantemente, revela traços que remetem a tradição e a misticidade. As transformações oriundas da Revolução Americana e Revolução Francesa afetaram as bases do sistema até então vigente, questionando o modo de vida e apresentando uma nova janela teórica pela qual os homens podiam enxergar o mundo, mas essa não excluiu em definitivo e abruptamente as referências anteriores.

Nesse contexto, a influência do pensamento iluminista para o novo mundo de ideias que ganhava cada vez mais espaço, foi muito importante. Apesar de ter se desenvolvido em direções diferenciadas, de acordo com as peculiaridades dos contextos que encontrou, possui um arcabouço de ideias recorrentes, como a percepção de que a história da humanidade, assim como as ciências naturais, era passível de ser compreendida por meio de leis gerais e

---

<sup>12</sup> AZEVEDO, C. Maçonaria: História e historiografia. *Revista USP*, n. 32, p. 178-189, 28 fev. 1997.

<sup>13</sup> MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28, p. 3-22, fev. 2001.

verificáveis. A maçonaria, organizada nesse contexto, reforçava o pensamento centrando seu objetivo na busca pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e material dos homens.<sup>14</sup> A razão e a ciência como os instrumentos necessários para se chegar à civilização, identificada com os conceitos de liberdade, igualdade, moral e fraternidade - todos componentes do fundo teórico maçônico.

É importante, porém, salientar que a certeza da chegada de um novo mundo, de um novo homem formado por agentes iluminados, passava antes pela concepção da existência de um outro mundo, obscuro. Responsáveis pelo progresso, os iniciados na maçonaria estavam um passo à frente daqueles considerados profanos, que não pertenciam a sociedade secreta. Mesmo dentro da instituição, onde todos eram irmãos havia a hierarquização em graus diferenciados, de acordo com a evolução e avanço dos sujeitos no que diz respeito ao aperfeiçoamento aos poucos conquistado. Apesar disso, a hierarquia presente na estrutura maçônica se torna subversiva dentro do quadro do antigo regime, pois o fator determinante para a mobilidade não está ancorado no estamento (nascimento), mas sim na ideia moderna de mérito. A própria audácia de se constituir uma nova condição hierárquica que não a da soberania divina do monarca colocava em xeque as relações de poder da sociedade, como afirma Marco Morel<sup>15</sup>, tornando-se sim revolucionária. Nobres e comerciantes, assim como reis, eram irmãos maçons e sentavam-se na mesma mesa. O jogo entre as Luzes e as sombras, entre os iluminados e os profanos, trava bem a ideia do quão complexo é um processo de transformação das mentalidades<sup>16</sup>, cuja interseção entre o que se deseja ser e o que se realmente é está posto a todo instante - a igualdade junta-se a exclusão e a modernidade a tradição. Não é contraditório, mas paradoxal.

A instituição maçônica é universal e apresenta um corpo de doutrinas acabadas que a despeito da realidade idiossincrática das diversas partes do mundo, são imutáveis através do tempo. A tolerância religiosa e a liberdade de consciência são marcos modernos dentro da estruturação da ordem que ajudaram na construção de uma nova cultura política “marcada pela prática do debate, da representação, da elaboração de leis, da substituição do nascimento pelo

---

<sup>14</sup> FRANÇOISE, Jean de Oliveira Souza. Organização, preceitos e elementos da cultura maçônica fundamentos para a introdução aos estudos da maçonaria. *REHMLAC: Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña*, [s. l.], v. 4, ed. 1, p. 122 - 140, 2012.

<sup>15</sup> MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28, p. 3-22, fev. 2001.

<sup>16</sup> Para mais informações: JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: NOVAES, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Cap. 8. p. 387-472.

mérito como ordem social e política [...]”<sup>17</sup> Esse novo olhar moderno sobre o mundo encontrava ainda muitas barreiras, principalmente em Portugal, país cuja inquisição atuava com forte presença, apesar das alterações regimentais que a instituição sofreu em 1774, a fim de torná-la mais moderna. Cabe ressaltar, que a maçonaria era proibida pela Inquisição a partir de bulas pontifícias.

Ao retornar para Portugal no ano de 1800, Hipólito se tornou diretor literário da Régia Oficina Tipográfica e suas conexões com a elite política se intensificaram, principalmente sua relação com D. Rodrigo de Sousa Coutinho que possivelmente era maçom (não se pode comprovar) e outras personalidades destacadas, como o Duque de Sussex (residente em Portugal desde o início de 1801) e o General Gomes Freire de Andrade. Sua atuação em prol da maçonaria portuguesa intensificou-se fortemente a ponto de representar seus irmãos junto a Grande Loja Inglesa pedindo a proteção da mesma para a criação de uma Grande Loja de Portugal, unificando as já existentes no país. Esse projeto foi posto em ação quando Hipólito viajou em missão (1802), novamente orientado pelo ministro D. Rodrigo, para a Inglaterra, oficialmente a fim de comprar equipamentos e livros para a Oficina Tipográfica, mas também buscando as negociações com a maçonaria inglesa. A proposta foi aceita, mas o retorno a Portugal não foi dos mais tranquilos.

O Intendente Geral de Polícia Diogo Inácio de Pina Manique, grande defensor do absolutismo, ciente das intenções de Hipólito quanto a viagem à Inglaterra, buscou se cercar de informantes para confirmar suas suspeitas. Sua preocupação em relação a contaminação da sociedade portuguesa pelas ideias liberais e práticas provenientes da revolução Francesa, fechava ainda mais o cerco à maçonaria, que nada mais era do que “sementeiras da revolução”<sup>18</sup>, focos de imoralidades, cujo objetivo estava na derrubada da monarquia. Isabel Lustosa em sua biografia sobre o jornalista, ressalta a inimizade existente entre o Intendente Geral, que combatia intensamente as ideias liberais, e o ministro, colocando Hipólito como uma peça de xadrez mobilizada por Pina Manique para atingir seu adversário. A hipótese é verossímil, posto que, na Narrativa de Perseguição, sob a tutela da inquisição e não mais da polícia, o inquisidor propôs ao réu que entregasse nomes de pessoas importantes que pertenciam à maçonaria, sob a graça de ser perdoado e seu processo encerrado:

---

<sup>17</sup> BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2002, p. 373.

<sup>18</sup> BARATA, Alexandre Mansur. E é certo que os homens se convencem mais pela experiência do que pela teoria: Cultura política e sociabilidade maçônica no mundo luso-brasileiro (1790-1822). *REHMLAC: Revista de Estudos Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña*, [s. l.], v. 3, ed. 1, p. 1, 27 fev. 2011.

Instou o inquisidor que ele sabia ter eu conhecimento de F. e F. (declarando os nomes) que eram também framaçons e assim que eu não podia deixar de os conhecer por tais, me advertia para melhorar muito e muito o estado de minha causa, não havia mais que confessar que esses sujeitos eram framaçons; porque não somente isso era verdade, mas que eles não faziam dúvida de o dar publicamente a conhecer, e além disto, que alguns dos que ele Inquisidor me apontavam estavam em tão elevados empregos, que não devia eu recear que a minha declaração lhes fosse de nenhuma sorte prejudicial.  
19

Hipólito não entregou nenhum de seus irmãos maçons à Inquisição.

Após dois dias do seu retorno para Portugal, Hipólito foi preso na casa de José Joaquim Vieira Couto, pela intendência geral de polícia acusado de ter viajado sem passaporte. Nos papéis que determinaram sua prisão, constava a busca que deveria ser feita para encontrar os conteúdos sobre a maçonaria que estavam sob sua custódia. Ficando pouco tempo preso na polícia, seu processo foi transferido para o Santo Ofício da Inquisição, prolongando-se por anos, até o momento de sua fuga em 1805. Os anos em que passou preso nos cárceres e os longos e cansativos interrogatórios são narrados pelo futuro jornalista de modo envolvente. Sua construção argumentativa busca contrapor o cumprimento das leis e da justiça, dos atos e medidas tomadas pelo Inquisidor. Sempre pautando a retórica nas leis, utiliza de palavras como soberba, ignorância, corrupção, orgulho, incompetência, entre outras, para adjetivar a Inquisição, ao passo que elogia a partir de comparações, a Maçonaria, pelo seu desprendimento, caridade e fraternidade. Contornava todas as considerações feitas durante o inquérito encontrando saídas inteligentes para as perguntas difíceis.

Desde o começo da narrativa, Hipólito expressou o desejo de que seu caso fosse encerrado o mais breve possível. Ao justificar sua fuga explica que a demora para uma solução do seu caso, obrigava-o a estar preso em segredo, afetando drasticamente sua saúde; que era preciso se esclarecer publicamente com os amigos e familiares para não lhes dar desgosto, e encerrado nos cárceres não seria possível falar-lhes. “Logo, a evasão dos cárceres era de absoluta necessidade”<sup>20</sup> tratando-se de um caso de vida e honra. Ponto interessante de se comentar é o relato da sua fuga. Não encontrando nenhuma barreira que o impedisse de sair da prisão, não havia cometido crime algum:

Depois, podendo eu, como podia e efetivamente executei, sair sem arrombamento, escalamento ou violência alguma, não tinha nisto o menor crime, visto que o crime do preso que foge consiste no arrombamento, escalamento de paredes, e eu saía sem violência alguma. Nenhum jurisconsulto reputa crime a fuga simples pela porta principal do cárcere; eu não estava preso debaixo da minha palavra, para se poder

---

<sup>19</sup> COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da perseguição*. 3ª ed. Brasília - DF: Fundação Assis Chateaubriand, 2001. p. 136.

<sup>20</sup> COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da perseguição*. 3. ed. Brasília - DF: Fundação Assis Chateaubriand, 2001. p. 86.

dizer que eu havia quebrado a homenagem; a guarda da minha pessoa estava cometida a outros e não a mim mesmo; ninguém me pôs preceito de não fugir, tanto assim que da multiplicidade de grades e chaves, da fortaleza das paredes, e dos cuidados dos guardas, é que eles tinham confiado a minha segurança.<sup>21</sup>

Percebe-se a grande qualidade argumentativa de Hipólito. Mas a fuga não parece ter sido assim tão fácil, não fosse sua rede de contatos influentes. Lustosa apresenta em seu livro biográfico sobre o jornalista, dados analisados por Mecenas Dourado, demonstrativos da importância dos amigos e irmãos maçons na execução de sua fuga e posteriores esconderijos nos quais ficou até embarcar definitivamente para a Inglaterra, trocando mensagens com maçons durante sua prisão e contando com ajuda interna de um cúmplice nos cárceres da Inquisição.<sup>22</sup> A sociabilidade maçônica foi fundamental para a travessia do momento turbulento de sua vida. Qual teria sido seu destino não fosse a rede de contatos que o cercavam? Não se pode dizer. Em *Narrativas de perdão* expressa sua gratidão a anônimos:

Devo porém declarar em honra da humanidade, e em sinal do meu agradecimento, que se encontrei daqueles homens, alguns, achei ao mesmo tempo muitos mais que me estenderam uma mão benéfica e desaprovam altamente o que se praticava a meu respeito; e deste número foram alguns que não tinham comigo a menor relação nem de amizade, nem de parentesco, nem outra coisa; e me abstenho do prazer de os nomear aqui, e de lhes agradecer, para não ofender a sua modéstia; e para não expor a sua bondade ao ódio dos homens injustos.<sup>23</sup>

José Liberato Freire de Carvalho, o Grão-Mestre Sebastião Sampaio (neto de do marquês de Pombal), o maçom Bernardo de Sousa Barradas são exemplos de homens que acolheram Hipólito no tempo em que esteve escondido em Portugal, situação que vigorou por seis meses. Para a viagem ao país inglês contou ainda com o auxílio do maçom Filipe Ferreira de Araújo e Castro, parceiro de Silvestre Pinheiro. A amizade com o Duque de Sussex também lhe rendeu proteção e apoio quando chegou a Inglaterra.

Foi em Londres que Hipólito começou a editar em 1808, ano da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, o periódico *Correio Braziliense*. Suas matérias versavam sobre os mais variados assuntos, políticos, econômicos, europeus e sobre o Brasil. De acordo com Lustosa, o jornal ajudou o processo de construção de uma identidade nacional brasileira, apresentando as diversas regiões do país umas às outras. O editor do jornal era monarquista, sonhava assim como muitos outros homens influentes do período com um grande império luso-brasileiro, que

---

<sup>21</sup> COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da perseguição*. 3. ed. Brasília - DF: Fundação Assis Chateaubriand, 2001. p. 85-86.

<sup>22</sup> DOURADO, M. Hipólito da Costa e o *Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Ministério da Guerra, 1957. 2 vols apud LUSTOSA, Isabel. *O jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774 - 1823)*. Campinas: Editora Unicamp, 2019. p. 286.

<sup>23</sup> COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da perseguição*. 3ª ed. Brasília - DF: Fundação Assis Chateaubriand, 2001. p. 39.

sediado na América, uma vez que seus principais recursos adivinham desse continente, reconquistaria sua glória anterior. A voz de Hipólito e seus projetos para esse grande Império atravessavam o Atlântico por meio do Correio Braziliense, e difundiam as ideias liberais nos trópicos inspirando muitos. José Bonifácio parece ter sido um deles. A coincidência de suas ideias com as apresentadas pela bancada paulista às Cortes, no contexto histórico da Revolução do Porto, simboliza a sintonia, por exemplo na defesa de uma legislação comum que pudesse integrar o território brasileiro. Estava em pauta a defesa da unidade entre as várias regiões do Brasil, assim como a defesa das conquistas de autonomia de adquiridas desde 1808, ameaçadas formalmente a partir de 1820.

Finalmente, a maçonaria representa apenas uma das faces de uma realidade bem mais complexa, cuja presença de comportamentos transgressores associados à expansão das Luzes crescia cada vez mais, na “metrópole” e também na “colônia”. Um dos possíveis rostos que a libertinagem podia assumir, evidência da politização crescente dessa virada de século. E nesse sentido, o jornalista Hipólito da Costa é um personagem central no entendimento do que significa pertencer a uma sociedade, tal qual a maçonaria, na virada do XVIII para o XIX, em terras luso-brasileiras.

### **Referências Bibliográficas**

- AZEVEDO, C. Maçonaria: História e historiografia. *Revista USP*, n. 32, p. 178-189, 28 fev. 1997.
- BARATA, Alexandre Mansur. “E é certo que os homens se convencem mais pela experiência do que pela teoria”: Cultura política e sociabilidade maçônica no mundo luso-brasileiro (1790-1822). *REHMLAC: Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña*, [s. l.], v. 3, ed. 1, p. 1, 27 fev. 2011.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Tese de Doutorado), 2002.
- BUVALOVAS, Thais Helena dos Santos. O Diário da minha Viagem para Filadélfia. Maçonaria e jornalismo político na missão de Hipólito José da Costa aos Estados Unidos. *Almanack Braziliense*, São Paulo, ed. 9, p. 103 - 121, 2009.
- LUSTOSA, Isabel. *O jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774 - 1823)*. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

CANAL, Jordi. Los estudios sobre la sociabilidad en España: una revisión. *Arxius de sociologia*, Espanha, n. 3, p. 111-132.

DOURADO, M. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Ministério da Guerra, 1957. 2ª vol. apud LUSTOSA, Isabel. O jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774 - 1823). Campinas: Editora Unicamp, 2019.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial (1443 - 1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Cap. 3. p. 127-166.

FRANÇOISE, Jean de Oliveira Souza. Organização, preceitos e elementos da cultura maçônica fundamentos para a introdução aos estudos da maçonaria. *REHMLAC: Revista de Estudos Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña*, [s. l.], v. 4, ed. 1, p. 122 - 140, 2012.

HESPANHA, António Manuel; SUBTIL, José Manuel. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. In: *O Brasil colonial*, n. 1, p. 127-166, 2014.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: NOVAES, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na américa portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Cap. 8. p. 387-472.

MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial (1720 - 1821)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Cap. 2. p. 111-156, 2017.

MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28, p. 3-22, fev. 2001.

PEREIRA, Hipólito da Costa. *Diário da minha Viagem para Filadélfia (1798-1799)*. 2ªed. Brasília: Senado Federal, 2004.

PEREIRA, Hipólito da Costa. *Diário da minha Viagem para Filadélfia (1798-1799)*. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 2004. p.112. apud BUVALOVAS, Helena dos Santos. O Diário da minha Viagem para Filadélfia. Maçonaria e jornalismo político na missão de Hipólito José da Costa aos Estados Unidos.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

## 2. VER (OU LER) PARA CRER: CARTOMANTES, PUBLICIDADE E IMPRENSA NO RIO DE JANEIRO (1860-1865)

*Kathleen de Oliveira Maia*<sup>24</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar as publicidades mobilizadas pela cartomante Hilda em jornais de ampla circulação na Corte durante a década de 1860. Mais do que investigar somente os mecanismos desenvolvidos por essa praticante da cartomancia no que tange à divulgação dos seus serviços, buscamos também observar como seus anúncios, em alguma medida, se aproximam e diferenciam das publicidades de outros cartomantes da Corte, uma vez que recorreu a estratégias “peculiares” para atrair consulentes. A análise dos anúncios permitiu também aferir algumas dinâmicas relacionadas às sociabilidades, espaços e representações traçadas pelos cartomantes cariocas no período estudado. Como fontes para este estudo, foram utilizados exemplares dos periódicos *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *Correio Mercantil*, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que circularam entre os anos de 1860 e 1865.

**Palavras-chave:** Cartomancia. Jornais. Rio de Janeiro. Século XIX.

**Abstract:** This article has the main purpose to analyze advertisements mobilized by the cartomancer Hilda in wide circulation journals in the Brazilian Court during the 1860s. More than investigating the advertising mechanisms employed by this cartomancer in order to publicize her services, we tried to observe how her announcements, somehow, were approached or distanced in relation to other cartomancers' publicities in the Court journals, since Hilda used peculiar strategies to attract consultants. The advertisements' analysis also allowed us to measure some dynamics related to sociabilities, spaces and representations traced by the carioca's cartomancers during the period analysed. For the study, we utilized exemplaries of the journals *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* and *Correio Mercantil*, which are available in Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional and that circulated during the 1860s.

**Keywords:** Cartomancy. Journals. Rio de Janeiro. XIXth Century.

### **De onde partimos, para onde vamos: Apontamentos iniciais**

Antes de iniciar em si as reflexões que este texto almeja, é necessário recuar um pouco no espaço-tempo da pesquisa num intuito mais metodológico. Devido ao enorme fluxo de informações com as quais os historiadores se deparam quando se lançam à pesquisa, especialmente no caso das documentações que já se encontram digitalizadas, por vezes não sabemos traçar o caminho de volta para as inquietações mais básicas com as quais nos

---

<sup>24</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: kathleenomaia@gmail.com

deparamos nas nossas investigações. Nem sempre esse esforço é tão necessário para aquilo que queremos construir, porém, no caso deste trabalho, observar o “de onde viemos” é tão importante quanto o “onde chegamos”.

Pesquisando no *Jornal do Commercio* ocorrências envolvendo cartomantes na década de 1860, é notável um anúncio em que uma mulher chamada Carmelita, cartomante, diz que deita cartas egípcias por sistema desconhecido com toda a perfeição<sup>25</sup>. Não são comuns anúncios em que os cartomantes anunciem os sistemas ou tipos de baralho utilizados nas consultas durante a década de 1860, cenário esse que também não se altera significativamente nas décadas posteriores. Realizando uma breve busca por baralhos egípcios que potencialmente poderiam circular nesse momento, sobressai o nome de um tal Etteilla, ocultista francês que criou um baralho com o mesmo nome em fins do século XVIII.

A figura de Etteilla, aliás, merecerá maior atenção em momento mais oportuno deste texto. Com um possível nome em mãos, decidi procurar se existia algum vestígio sobre a recepção desse tipo de baralho no Rio de Janeiro, local onde Carmelita atuava. Sobre o baralho em si, somente temos menções na década de 1880, quando um dito “cartomante brasileiro” publica, pela tipografia e livraria dos irmãos Laemmert um folheto chamado “Alta Cartomancia”, onde pretende discorrer acerca de múltiplos métodos de jogar cartas, dentre eles o do “sabio Etteilla”<sup>26</sup>. Na década de 1860, porém, encontramos algo interessante envolvendo o nome de Etteilla e que irá nos auxiliar a tecer importantes informações acerca da cartomancia no Rio de Janeiro.

Neste artigo, analisaremos uma série de textos publicados pela cartomante Hilda nos jornais *Correio Mercantil* e *Jornal do Commercio* em junho de 1865, publicações essas que nos permitem apreender aspectos importantes da dinâmica de inserção social da cartomancia na Corte e também sobre o conjunto de ideias que guiavam a prática dessa cartomante. O principal objetivo do trabalho é, portanto, observar como Hilda tece em sua série de textos importantes concepções sobre seu ofício como cartomante, aproveitando o espaço também enquanto mecanismo publicitário, como veremos posteriormente. Outros objetivos almejados são: a) analisar como a cartomante articula intelectualidade e prática a partir dos seus textos; b) observar como Hilda se coloca diante de outros praticantes de atividades mágico-religiosas na Corte; c) investigar se as estratégias da cartomante para sobressair no “mercado da magia” do Rio em 1865 encontram paralelos entre seus contemporâneos no ofício da cartomancia. Para

---

<sup>25</sup> *Jornal do Commercio*, 1869, Ed.130, p.8.

<sup>26</sup> *Jornal do Commercio*, 1882, Ed.036, p.6.

tanto, utilizaremos exemplares dos jornais *Correio Mercantil*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Commercio*, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e compreendidos entre 1860 e 1865.

### **O místico Rio da década de 1860: anúncios de cartomantes ganham as folhas diárias**

Rio de Janeiro, 1865. Apesar de observamos um florescimento da atividade de cartomantes na imprensa carioca já no início da década, como o desenvolvimento do que o *Jornal do Commercio* apelida de “nova e *innocente* industria na Cidade do Rio de Janeiro”<sup>27</sup>, é no ano de 1865 que o movimento de publicações se multiplica e consolida nas folhas diárias. As estratégias de propaganda empregadas são diversas. Enquanto Rachel, dita “sybilla cartomante de Pariz”<sup>28</sup> evidencia suas conexões com a capital francesa, quiçá numa tentativa de ressaltar seu refinamento, Mme. A.V resalta nos seus anúncios que é “cartomante verdadeira”<sup>29</sup>, comentando também acerca dos serviços de sonambulismo<sup>30</sup> que podem ser encontrados em seu sobrado da rua da Carioca, n.37<sup>31</sup>. Pelo levantamento já realizado<sup>32</sup>, era comum que as cartomantes utilizassem na sua identificação pseudônimos, seus sobrenomes acompanhados pelos pronomes Sra. ou Mme., além daquelas que utilizavam somente suas iniciais, como A.V. Além disso, costumavam indicar se ofereciam outros tipos de serviços mágico-religiosos, mais frequentemente o sonambulismo e a quiromancia<sup>33</sup>. Algumas anunciavam também que davam lições de cartomancia aos interessados.

Hilda é uma dessas mulheres cartomantes que publicam na corte em 1865. Ela publica no *Jornal do Commercio*, nesse mesmo ano, uma série de anúncios em que se lê: “Hilda. Apostolo do espiritualismo, cartomante, chiromante e sibylla americana. Rua do Lavradio, n.59”<sup>34</sup>. Embora suas publicidades não sejam encontradas com uma frequência tão grande quanto a observada com anúncios de A.V e Rachel, a cartomante, ou melhor, “sybilla

---

<sup>27</sup> *Jornal do Commercio*, 1861, Ed.277, p.1.

<sup>28</sup> *Jornal do Commercio*, 1865, Ed. 265, p.3.

<sup>29</sup> *Jornal do Commercio*, 1865, Ed.280, p.4.

<sup>30</sup> O sonambulismo é uma prática onde utiliza-se do sono magnético, premissa também do magnetismo, para encontrar coisas, realizar adivinhações, etc. Ver mais em VERONESE, M. *De silêncios e resistências: sonâmbulas, magnetizadoras e outras esquecidas do espiritismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, 2017.

<sup>31</sup> *Jornal do Commercio*, 1865, Ed.321, p.3.

<sup>32</sup> Ver mais em MAIA, K. Mercadoras do sobrenatural: um estudo sobre mulheres cartomantes no Rio de Janeiro Imperial (1860-1869). *Revista de História da UEG*, v. 9, n. 2, p. e922027.

<sup>33</sup> A quiromancia é conhecida como uma arte divinatória que tem como base a leitura das linhas e sinais das palmas das mãos do consulente.

<sup>34</sup> *Jornal do Commercio*, 1865, Ed.218, p.1

americana”, emprega mecanismos bem peculiares para se destacar suas contemporâneas no que Maria Cristina Wissenbach caracteriza como “mercado da magia”, que está em plena ebulição na Corte nesse momento<sup>35</sup>. Um desses tem relação estreita com Etteilla, baralhos e outras opiniões nada agradáveis acerca da cartomancia. Sobre essa mulher em si, não encontramos, até o presente momento da pesquisa, muitas informações. Sabe-se que ela diz ser de origem americana, que deslocou-se significativamente entre alguns endereços na cidade do Rio durante a década de 1860 e que além de cartomante também estava imersa em uma relativa variedade de outras práticas “sobrenaturais”, como a quiromancia.

Encontramos, na edição de 17 de junho de 1865 do *Correio Mercantil*, uma publicação em que Hilda discorre sobre uma nova doutrina, dita espiritualismo. O texto, de nome *Espiritualismo*, se prolonga por mais duas partes além dessa primeira, ambas publicadas no *Jornal do Commercio*, respectivamente em 21 e 26 de junho de 1865. É importante ressaltar também que me deparei inicialmente com o segundo fragmento do texto em virtude de questões que mais adiante serão levantadas. Pela extensão e pelos múltiplos assuntos que são tratados pela cartomante nesses escritos, optamos por selecionar e analisar com maiores minúcias o fragmento do dia 21 de junho de 1865, que traz elementos que dialogam mais diretamente com a cartomancia, as ferramentas de trabalho dessas cartomantes, origens dessa prática e conexões entre praticantes. No entanto, no intuito de dar ao leitor uma maior compreensão do que se trata no todo, faremos um brevíssimo resumo sobre o que discorrem cada uma das partes.

### ***Espiritualismo: Textos de uma cartomante sobre religiões, magia e sociedade***

A primeira parte do texto versa sobre as conexões entre essa nova doutrina e filosofia oculta, “a do espiritualismo ou da magia”<sup>36</sup>, e as religiões, argumentando que a magia é a mãe de todas elas, apesar de que, por vezes, tenha sido necessário que ela se revestisse por “novos hieroglyphos, dissimulou seus esforços, disfarçou suas esperanças”<sup>37</sup> em razão das perseguições sofridas em vários momentos da História da humanidade. Mais a frente, discorrendo sobre o que seria a magia em si, diz-se que ela é uma “sciencia oculta que confere, principalmente ao homem, certas prerrogativas na apparencia sobrenaturaes e divinas”<sup>38</sup>, sendo então “um agente universal e divino cuja lei suprema é o equilibrio”<sup>39</sup>. Hilda argumenta também

---

<sup>35</sup> Ver mais em WISSENBACH, M.C. Ritos de magia e sobrevivência: sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

<sup>36</sup> *Correio Mercantil*, 1865, Ed. B156, p.3.

<sup>37</sup> *Correio Mercantil*, 1865, Ed. B156, p.3.

<sup>38</sup> *Correio Mercantil*, 1865, Ed. B156, p.3.

<sup>39</sup> *Correio Mercantil*, 1865, Ed. B156, p.4.

que o espiritualismo vem como um dogma único, “universal e eterno como a razão suprema, simples como tudo o que é grandioso, e inteligível”<sup>40</sup>. Hilda critica também a postura que Igreja assumiu diante da magia ao longo dos tempos, perseguindo-a e procurando extirpar seus resquícios das sociedades católicas, mas sem considerar. O texto é finalizado dando diversos exemplos de onde esse poder espiritual da magia era aplicado, como no caso dos gnósticos, que o consideravam enquanto o corpo ígneo do Espírito Santo, e os ritos do Sabbat, onde era adorado sob a figura “hieroglífica” de Baphomet<sup>41</sup>.

Na segunda parte do texto, publicada em 21 de junho de 1865, agora pelo *Jornal do Commercio*, Hilda irá continuar sua reflexão sobre espiritualismo e magia, agora tecendo críticas tenazes às apropriações duvidosas feitas em relação ao que ela chama de “Livro de Thot”. Segundo a cartomante, esse livro seria “uma obra dos antigos egypcios (...) o qual contém em sua mais pura doutrina para descobrir o passado, presente e o futuro (...)”<sup>42</sup>. Apesar da sociedade francesa estar imersa numa verdadeira “egiptomania” após a vitoriosa Campanha do Egito (1798), liderada por Napoleão Bonaparte, círculos ocultistas já se dedicavam a estudar obras relativas à civilização egípcia, tais como o *Corpus Hermeticum*. Sobre o *Corpus Hermeticum*, vale um adendo. Durante o Renascimento, alguns intelectuais leram literalmente seu conteúdo, julgando ser realmente uma obra escrita pelos egípcios e desconsiderando a origem grega do mesmo, concepção essa que persiste até o início do século XVII<sup>43</sup>. Mesmo diante de várias evidências de que os textos não teriam sido escritos pelos egípcios, como referências judaicas e cristãs<sup>44</sup>, o *Corpus Hermeticum* continua sendo base de estudos ocultistas nos séculos seguintes, especialmente aqueles ligados à tradição hermética.

Voltando ao Livro de Thot, a historiadora Helen Farley indica que ele foi vislumbrado por alguns ocultistas franceses famosos do século XVIII, como Antoine Court de Gébelin, como sendo fruto dos esforços de sacerdotes egípcios para codificar, sob hieróglifos, seus conhecimentos mágicos para torná-los atemporais<sup>45</sup>. Gébelin, que era maçom, ligado ao hermetismo e estudioso de longa data dos mistérios orientais, já se dedicava a pensar a antiga sabedoria e magia egípcia, tecendo também conexões entre ela e baralhos de cartas denominados tarot, que ainda não tinham finalidade esotérica<sup>46</sup>. O ocultista inclusive chega a

---

<sup>40</sup> *Correio Mercantil*, 1865, Ed. B156, p.4.

<sup>41</sup> *Correio Mercantil*, 1865, Ed. B156, p.4.

<sup>42</sup> *Jornal do Commercio*, 1865, Ed. 171, p.1.

<sup>43</sup> FARLEY, Helen. *Cultural History of Tarot: From entertainment to esotericism*. Londres: I. B. Tauris. 2009.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

<sup>45</sup> FARLEY, H. *Op.cit*, p.103.

<sup>46</sup> FARLEY, H. *Op.cit*, p.103.

dedicar um volume inteiro do seu *Monde primitif, analysé et comparé avec le monde moderne* ao tarot. O *Monde primitif* é uma coletânea de ensaios publicada entre os anos de 1773 e 1782 onde Gébelin se dedicava a pensar a Era Dourada da humanidade, propondo que todas as civilizações modernas teriam derivado dessa primeira, perfeita intelectualmente, espiritualmente e socialmente<sup>47</sup>.

Apesar de todo um mistério acerca do conteúdo do Livro de Thot, que originalmente teria sido guardado a sete chaves pelos grandes sacerdotes de várias vertentes e períodos históricos, Hilda argumenta que a “sabedoria sublime” contida no livro acabou sendo convertida em um monte de “figuras extravagantes e sem significação”, referindo-se então ao “Tarote” ou tarot<sup>48</sup>. Nesse segundo texto, Hilda se refere a Jean-Baptiste Alliette, o já citado Etteilla, ocultista francês que publicou livros como *Etteilla, ou manière de se recréer avec un jeu de cartes* (1770) e que deu continuidade aos estudos relacionando tarot e Livro de Thot desenvolvidos por seu contemporâneo Court de Gébelin. Georges Minois aponta também que Etteilla “especializado no tarô, afirma sua origem egípcia e declara querer recuperar sua pureza original, com o nome de cartomancia, e dá cursos sobre ele”<sup>49</sup>. Entre 1783 e 1785, ele lança *Manière de se recréer avec le jeu des cartes nommées tarot*. Nesse trabalho, que foi publicado em 4 partes, Etteilla reafirma a hipótese de uma origem egípcia do tarot, dizendo que se tratava de um livro escrito em símbolos ou hieróglifos, possivelmente podendo se tratar do próprio Livro de Thot<sup>50</sup>. A grande diferença entre Gébelin e Etteilla dá-se porque, em 1788, após a criação do grupo de estudos ocultistas denominado *Société des Interprètes du Livre de Thot*<sup>51</sup>, o segundo finalmente consegue lançar um baralho dito seu e específico para fins divinatórios. Sobre isso, Hilda comenta que:

Etteilla ou Alliette, preocupado somente com o lucro material que elle podia tirar do seu systema de adivinhação, pretendeu reformar e apropriar-se assim do livro de Thot. Seu livro de Tarote fantastico e baseado sobre calculos completamente falsos e erroneos, fizêrão sahir nno dominio da magia vulgar e do absurdo, o livro mysteroso e sagrado que tinha sido descoberto pelo sabio Court de Gébelin<sup>52</sup>.

Após ressaltar o caráter puramente econômico que teria motivado a criação do baralho por Alliette, a sibila diz que o público recebeu muito bem tal sistema de leitura, uma vez que é facilmente embriagado pelo misterioso. Ela citará ainda outros baralhos que se originaram a

---

<sup>47</sup> FARLEY, H. Op.cit, p.103.

<sup>48</sup> *Jornal do Commercio*, 1865, Ed.171, p.2.

<sup>49</sup> MINOIS, Georges. *História do futuro: do passado à prospectiva*. São Paulo: Editora Unesp, 2016. p.516.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Ibidem, p.109

<sup>52</sup> *Jornal do Commercio*, 1865, Ed.171, p.2.

partir da criação de Etteilla, como “o Pequeno Etteilla, Grande e Pequeno Oraculo, o Pequeno Feiticeiro, a Pythonisa de Pariz (...)”<sup>53</sup>. Aliás, o baralho “A Pythonissa de Pariz” inclusive consta no catálogo da livraria dos irmãos E & H Laemmert, sendo descrito como um jogo de cartas que:

servia para predizer os acontecimentos mais importantes do futuro. Foi ella quem vaticinou a Napoleão I a sua exaltação e gloria, e quem annunciou a Frederico Guilherme da Prussia - 1840 - como o anno de sua morte. Preço 2\$. O jogo consta de um baralho de 36 cartas coloridas, com a explicação em portuguez, tudo em um elegante tachim, proprio para ser offerecido ás senhoras.<sup>54</sup>

O ápice do texto, que nos interessa também para pensar os textos de Hilda como publicidade dos seus serviços, dá-se quando a cartomante diz que desse apreço cego do público pelas novidades “ocultas” deriva também a dificuldade de achar “verdadeiras sybillas ou oraculos semelhantes aos dos nossos antigos sacerdotes, porque todos os nossos prophetas e prophetizas não tem por base da sua adivinhação senão systemas fantasticos e falsas instrucções”<sup>55</sup> e que “achão-se naturalmente incapazes de preencher o papel emprehendido, e não fallão senão da cabeça, ou segundo factos já de seu conhecimento, para impôrem aos espiritos fracos e de boa fé”<sup>56</sup>.

Tal afirmação de Hilda acerca dos baralhos que seguem a tradição iniciada por Etteilla e que eram utilizados por alguns cartomantes, bem como o questionamento direto das habilidades “sobrenaturais” desses praticantes da cartomancia, configura-se como um ponto interessante de análise acerca das relações estabelecidas entre indivíduos adeptos a práticas mágico-religiosas que atuavam no Rio àquele momento. Apesar de serem observáveis alguns elos entre cartomantes na Corte, como é o caso de Mme. Augusta e Mme. Potier, cuja relação de mentoria por parte da segunda é ressaltada pela afirmação de Augusta ao dizer que é “(...) sucessora de Mme. Potier, 1ª cartomante que houve no Rio de Janeiro (...)”<sup>57</sup>, no texto de Hilda observamos uma clara narrativa de distanciamento em relação às outras cartomantes, que são identificadas enquanto “incapazes” ou charlatãs, trocando em miúdos. Tal posicionamento é ressaltado quando, no terceiro fragmento do texto, publicado no dia 26 de junho de 1865 pelo *Jornal do Commercio*, além de comentar mais sobre o verdadeiro sentido da adivinhação e sobre como os indivíduos ainda se mostram céticos em relação às conexões entre a magia e as instituições sociais, a sibila americana diz que foi iniciada nos segredos do verdadeiro Livro de

---

<sup>53</sup> *Jornal do Commercio*, 1865, Ed.171, p.2.

<sup>54</sup> *Correio Mercantil*, 1860, Ed.173, p.3.

<sup>55</sup> *Jornal do Commercio*, 1865, Ed.171, p.2.

<sup>56</sup> *Jornal do Commercio*, 1865, Ed.171, p.2.

<sup>57</sup> *Jornal do Commercio*, 1867, Ed.335, p.3.

Thot, assim como a famosa cartomante francesa Mlle. Lenormand<sup>58</sup>, finalizando suas reflexões dizendo que se “(...) algum pobre insensato que escravo ainda dessas crenças tão estupidas e dessas superstições tão ridículas, creia ter que censurar o que acabo de escrever nestas publicações, que me falle razoavel e á face descoberta e eu lhe responderei”<sup>59</sup>.

Segundo o que pode ser apurado até o momento na documentação, Hilda anuncia nas páginas dos periódicos diários da Corte até pelo menos o ano de 1868, sendo que depois disso só observamos menções a ela em anúncios de um livro de nome *Espiritismo, por Hilda cartomante e quiromante*, que aparece nas páginas do *Gazeta de Notícias* em 1882. O volume era vendido pela Livraria do Povo, sediada na rua de S.José, n.67, pelo preço de 200 réis, tal como outros volumes identificados como “belíssimos romances”<sup>60</sup>. Podemos supor que o livro tenha sido derivado das reflexões já elencadas por Hilda no texto publicado nos jornais, o que reforça ainda mais o argumento de uma inserção múltipla tanto na prática como cartomante quanto num espaço intelectual que permite explanar suas concepções e ideias sobre magia, espiritualismo e cartomancia.

### **Algumas conclusões**

Sobre o texto *Espiritualismo* e a inserção de Hilda no âmbito da cartomancia carioca da década de 1860, podemos apresentar algumas conclusões. A primeira delas versa sobre o próprio ato de pensar sobre suas práticas e concepções de mundo. Ao escrever seus textos e publicá-los em jornais com ampla circulação no Rio de Janeiro, Hilda se difere em relação a outras cartomantes que atuavam no mesmo espaço, uma vez que não foi notado nenhum esforço parecido por parte das outras cartomantes no sentido de conectar um determinado conjunto de ideias que norteiam suas atividades com a oferta dos serviços em si. Embora suas contemporâneas não tenham lançado mão desse artifício para se fazer conhecer nas páginas dos jornais da Corte, a criação de tratados, livretos e livros sobre as artes ocultas desenvolvidas encontra consonância se observamos o cenário francês no fim do século XVIII e durante o século XIX, onde se destacam as publicações de *Les mystères de la main: révélés et expliqués* (1859), do artista e quiromante Adolphe Desbarolles, *Les oracles sibyllins ou La suite des Souvenirs prophétiques* (1817), da cartomante Mlle. Lenormand, e o já citado *Etteilla, ou manière de se recréer avec un jeu de cartes* (1770), de Jean-Baptiste Alliette. Isso se reforça

---

<sup>58</sup> *Jornal do Commercio*, 1865, Ed.176, p.1.

<sup>59</sup> *Jornal do Commercio*, 1865, Ed.176, p.2.

<sup>60</sup> *Gazeta de Notícias*, 1882, Ed.288, p.4.

quando observamos que, posteriormente, a cartomante inclusive tem um livro publicado e vendido na Livraria do Povo em 1882.

Um segundo ponto a ser ressaltado é como Hilda se utiliza de uma narrativa sobre o ocultista francês Jean-Baptiste Alliette, seu baralho e o conjunto de conhecimentos contidos no Livro de Thot para hierarquizar as práticas dos indivíduos que exerciam atividades ligadas à adivinhação, especialmente a cartomancia. Nesse sentido, penso em Carmelita, cartomante com a qual início este texto, que muito provavelmente se utilizava do baralho Etteilla ou alguma de suas aproximações para dar consultas na Corte. Ao explicar para o leitor o alto e complexo nível de sabedoria que pode ser extraído do Livro e como ele teria sido mal interpretado por aproveitadores, como Alliette, Hilda não somente categoriza aqueles que seguem as premissas do ocultista como falsos profetas ou profetisas, como também demarca sua posição enquanto legítima ao argumentar que foi iniciada de fato nas artes ocultas a partir dos mistérios contidos no Livro de Thot. Dessa forma, o texto também se coloca enquanto um fértil mecanismo de propaganda dos serviços oferecidos por ela.

O texto é muito interessante também para pensarmos o que as cartomantes pensavam sobre seu próprio ofício e sobre outras pessoas que os exerciam, uma vez que o mais comum na imprensa é observar as impressões dos editores dos jornais, dos delegados ou alguma outra autoridade policial, cartas anônimas em que as cartomantes eram chamadas de charlatãs, pequenos agradecimentos de clientes satisfeitos, dentre outros. Nesse sentido, as publicações de Hilda nos jornais nos permitem acessar, ainda que de forma tangencial, alguns dos pensamentos e ideias que a cartomante possui em relação ao contexto em que atua, aos outros indivíduos que se encontram na mesma esfera de serviços mágico-religiosos, bem como algumas das concepções práticas e ideológicas que entrecortam as suas práticas.

Como uma última ponderação, gostaríamos de salientar justamente como a cartomancia, especialmente no contexto analisado pelo artigo, se coloca enquanto um ofício que abrange influências muito múltiplas, sendo que somente no texto de Hilda são citados hermetismo, maçonaria, *sabbats*, espiritualismo, espiritismo, dentre outros. O próprio fato da sibila oferecer vários serviços mágico-religiosos ressalta também como existe toda uma mescla entre diversas correntes ocultistas na prática das cartomantes. Ou seja, a cartomancia se coloca como um fenômeno que ultrapassa limites geográficos, sociais e culturais, constantemente influenciando e sendo influenciada pelo contexto onde se insere.

## Referências

## 1. Fontes primárias

*Jornal do Commercio*

Edição 277, 1861.

Edição 171, 1865.

Edição 176, 1865.

Edição 218, 1865.

Edição 265, 1865.

Edição 280, 1865.

Edição 321, 1865.

Edição 335, 1867.

Edição 130, 1869.

Edição 036, 1882.

*Correio Mercantil*

Edição B156, 1865.

*Gazeta de Notícias*

Edição 288, 1882.

## 2. Bibliografia base

FARLEY, H. *Cultural History of Tarot: From entertainment to esotericism*. Londres: I. B. Tauris. 2009.

MINOIS, G. *História do futuro: do passado à prospectiva*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

VERONESE, M. *De silêncios e resistências: sonâmbulas, magnetizadoras e outras esquecidas do espiritismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) , São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, 2017.

WISSENBACH, M.C. *Ritos de magia e sobrevivência: sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

### 3. “COSTURA É OFÍCIO DE MULHER”: MODA E TRABALHO FEMININO (RIO DE JANEIRO, 1830-1840)

Laura Junqueira de Mello Reis<sup>61</sup>

**Resumo:** Nesse artigo pretendemos compreender os ofícios relacionados a moda, a exemplo dos trabalhos realizados pelas modistas e costureiras, e as redes de sociabilidade que foram, então, formadas entre essas mulheres. Assim como buscamos entender a relação existente entre as mulheres trabalhadoras e aquelas que consumiam os produtos resultantes desses trabalhos femininos. Nessa rede de sociabilidade estavam incluídas mulheres de raça e classe distintas, considerando que entre trabalhadoras poderiam incluir mulheres brancas ou negras (livres e escravizadas); e, entre as consumidoras, mulheres que possuíam uma boa condição financeira. O recorte temporal é por volta da década de 1830-40 e o espaço social a cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, utilizamos a imprensa e como nossa principal fonte e gênero como categoria de análise.

**Palavras-chave:** Mulheres; Trabalho; Moda; Século XIX.

**Résumé:** Dans cet article, nous entendons comprendre les métiers liés à la mode, comme le travail des marchandes de modes et couturières, et les réseaux de sociabilité qui se sont alors formés parmi ces femmes. Tout comme nous cherchons à comprendre la relation entre les travailleuses et celles qui ont consommé les produits issus du travail de ces femmes. Ce réseau de sociabilité incluait des femmes de race et de classe différentes, considérant que les travailleurs pouvaient inclure des femmes blanches ou noires (libres et asservies); et, parmi les consommateurs, les femmes qui avaient une bonne situation financière. La période est autour des années 1830-40 et l'espace social de la ville de Rio de Janeiro. Pour cela, nous avons utilisé la presse comme source et genre comme catégorie d'analyse.

**Mots clés:** Femmes; Travail; Mode; XIX<sup>ème</sup> siècle.

#### Introdução

Em 1836 o jornal *A Mulher do Simplício* publicou, na sessão de modas, um artigo sobre os trabalhos femininos concernentes ao universo das costuras. Tal texto afirmava: “Vosso negócio, é a agulha/ Dedal, linha e bastidor/ Fora disso, uns agradinhos/ Ou então trocas de amor.”<sup>62</sup> O autor, apesar do caráter pejorativo do texto, apresentara a realidade dos trabalhos tangentes a moda no Brasil do século XIX; de fato, muitas mulheres se ocupavam com trabalhos de costuras e eles eram, com exceção da figura do alfaiate, dominados pelas mulheres.

---

<sup>61</sup>Graduada e mestre em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora, doutoranda em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista Capes. E-mail: laurajunqueiramreis@gmail.com

<sup>62</sup>*A Mulher do Simplício*, Rio de Janeiro, ed48, 21 de junho de 1836.

Nesse artigo pretendemos nos debruçar sobre esse gênero de trabalho e entender as sociabilidades que perpassaram por ele ao longo da década de 1830/1840 na Corte brasileira. As décadas escolhidas foram as mencionadas anteriormente pois a partir de 30 encontramos mais anúncios na imprensa carioca e, foi também na década de 30, mais precisamente em 1831 que foi instaurada uma lei que cobrava imposto das Casas de Moda e das modistas e onde podemos identificar alguns pontos fundamentais para a pesquisa.<sup>63</sup>

Nos deparamos, através da análise da imprensa do período, com uma série de possibilidades e estratégias que essas mulheres trabalhadoras criavam para poderem estabelecer seus comércios e contratar outras mulheres para trabalharem com e para elas e assim definiam, mesmo sem perceber, relações sociais que são imprescindíveis para entendermos a sociedade de meados do oitocentos e o mundo do trabalho feminino de então. Os jornais que utilizamos para percebermos essas relações e suas singularidades são os periódicos diários que eram publicados na Corte, como *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio*, essas folhas publicavam uma série de anúncios de modistas e costureiras e são nesses anúncios que focamos nossa investigação.

A moda – roupas e demais assuntos relacionados a ela – era vista – e ainda é – como algo estritamente feminino. Os jornais direcionados ao público feminino – a título de exemplo: *A Mulher do Simplício* e o *Espelho Diamantino* - tinham, em sua maioria, colunas dedicadas as modas para atrair ainda mais mulheres leitoras. As roupas – que fazem parte do universo da moda – de acordo com o sociólogo Roland Barthes, tem o poder de comunicar algo a outrem. Para o autor, as roupas “falam” e, por isso, possuem essa capacidade.<sup>64</sup> Nesse sentido, as roupas tinham um papel ainda mais fundamental na vida das mulheres, já que, em um período que as mulheres tinham tão pouco espaço de fala, elas poderiam demonstrar suas insatisfações através das peças que estavam vestindo e assim provocar novos símbolos e representações, já que ressignificavam o sentido de determinadas peças as utilizando como símbolos político de contestação.<sup>65</sup>

Posto isso, defendemos que a moda, apesar da categorização de frívola que lhe é imposta constantemente, ainda mais quando consideramos o meio acadêmico mais ortodoxo, foi

---

<sup>63</sup>Lei de 15 de novembro de 1831 (título IV – referente a receita) – Publicação original. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html). Acessado em: 15/08/2020.

<sup>64</sup> BARTHES, Roland. *Sistema da moda*. São Paulo: Ed Nacional, 1979.

<sup>65</sup>Sobre o conceito de representação, ver mais em: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

fundamental para a história das mulheres.<sup>66</sup> Tanto nas ações contestadoras – ao utilizarem roupas que não lhes era socialmente cabível –, quanto na possibilidade de trabalho que se formou sob tal campo.

Os trabalhos relacionados a esse campo fossem dominados pelas mulheres. Focamos, para esse artigo, nos trabalhos das costureiras e modistas. Havia uma variedade de mulheres que exerciam esse tipo de ofício. As modistas e donas dos estabelecimentos eram, em maioria, brancas; e as costureiras eram mulheres mais pobres. Dentre as costureiras havia mulheres brancas e negras, e dentre as negras, mulheres livres e mulheres escravizadas.

A Rua do Ouvidor, uma das principais ruas do Rio de Janeiro no século XIX, tão bem rememorada por literatos, a exemplo de Joaquim Manuel de Macedo autor da obra *Memória da Rua do Ouvidor*<sup>67</sup>, era o local onde situavam-se grande parte dos estabelecimentos e onde todas essas relações foram se estruturando. As Casas de moda eram um comércio no modelo de um atual armazém, ou seja, lá era possível encontrar vários itens indispensáveis para as costuras, como linhas e agulhas, assim como algumas casas ofereciam o trabalho das modistas e costureiras que faziam, sob encomenda, peças socialmente conhecidas como femininas, tais como: saias e vestidos.

Podemos averiguar o que era vendido nessas lojas a partir do anúncio da cessão do negócio de Mme. Francisca Wirt, uma conhecida modista da Corte:

Madame Francisca Wirt, rua do ouvidor nº97, por cessão do negócio, vende todas as fazendas existentes em seu armazém, por preço, menos dos custos, a saber: rendas de linho, petes de tartaruga e de chifre, meias de seda, entremeias, chapéus de palha, luvas, florana, lenços de cambraia, também se aluga a mesma loja, e vende-se a amarção.<sup>68</sup>

No tópico a seguir nos debruçamos mais precisamente sobre as relações de sociabilidade que encontramos ao longo da leitura das fontes de pesquisa, ou seja, os jornais de então. Essas relações se deram de várias maneiras e são fundamentais para pensarmos no mundo do trabalho das mulheres do século XIX.

### **Algumas relações constatadas...**

De acordo com a legislação vigente no Brasil da década de 1830 havia restrições às mulheres casadas a tornarem-se proprietárias de qualquer tipo de comércio. Verificamos, através de textos oitocentistas e das próprias leis que essa concepção de propriedade continuou

---

<sup>66</sup>Lipovetsky, em sua clássica obra *O Império do Efêmero* comenta sobre a suposta frivolidade da moda logo no princípio do livro. LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>67</sup>MACEDO, Joaquim Manuel. *Memórias da rua do Ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963.

<sup>68</sup>*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ed. 100018, 24 de jan. 1832, p. 03.

vigorando no Brasil por um certo período. Apenas a partir da década de 1850 foi permitido, por exemplo, que as mulheres se tornassem credoras.<sup>69</sup>

O texto escrito por Anna Rosa Termacsis dos Santos, apresentado e analisado na dissertação de Cristiane Ribeiro, demonstra uma insatisfação feminina, na década de 1860, quanto as prerrogativas impostas nessas leis,

Tornemos a responsabilidade da mulher e as leis que alienam os meios de as desempenhar, e deixai-me chamar vossa atenção a proposição que a lei que aliena o direito da mulher no poder de administrar suas *propriedades* e os próprios ganhos da sua indústria são a causa de todas as injustiças legais e sociais que ela sofre.”<sup>70</sup> [grifo nosso].

No entanto, apesar da determinação dessa lei, as mulheres tornam-se proprietárias no século XIX. Certamente mais mulheres viúvas e solteiras já que, para essas, a permissão era concedida. As mulheres proprietárias estabeleciam uma série de relações de sociabilidade com as demais mulheres, isso porque, elas empregavam tanto modistas, quanto costureiras. Ainda que, na maior parte das vezes, elas mesmos fossem modistas e trabalhassem em seus próprios comércios.

Além de empregarem outras mulheres, essas senhoras ensinavam a arte da costura e das modistas para as mais jovens: “na casa da Sra. Hortência Blondelu, precisa-se de boas costureiras, e também de uma menina para ensinar o ofício de modista.”<sup>71</sup> Nesse exemplo, além de ensinar o ofício da modista, Blondelu também anunciava que seu estabelecimento necessitava de costureiras, ou seja, ela pretendia empregar essas mulheres.

Logo, havia ainda essa relação de ensino entre as senhoras e as jovens. Diversas modistas, principalmente aquelas recém chegadas ao Brasil, ofereciam nos jornais os ensinamentos tanto com as costuras quanto sobre ser modista: “uma senhora modista encarregasse de tomar crianças para lhe ensinar a coser e mais serviço de casa; quem quiser dirige-se a rua da Cadeia nº 55, que se dirá quem é.”<sup>72</sup> Dessa forma, essas mulheres estrangeiras poderiam garantir a quantia necessária para sobreviverem e, quem sabe, futuramente, abrirem seus próprios negócios.

As modistas também utilizam o trabalho escravo em seus estabelecimentos. Por isso, a venda de mulheres escravizadas que sabiam costurar e que seriam “próprias para modistas” é

---

<sup>69</sup>Lei nº556, de 25 de junho de 1850. Publicação original disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM556compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM556compilado.htm). Acessado em: 11/11/2020.

<sup>70</sup>SANTOS, Anna Rosa Termacsis. *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e o Direito de Votar*, apud, RIBEIRO, Cristiane de Paula. *A vida caseira é a sepultura dos talentos: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsis dos Santos (1850-1886)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

<sup>71</sup>*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ed. 29, 05 de fev. 1830, p. 03.

<sup>72</sup>*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ed. 114, 25 de maio de 1842, p. 04.

constante nos jornais. A título de exemplo: “vende-se uma rapariga perfeita costureira, a qual corta camisas de homens, e vestidos, e o faz com atividade, é boa para uma casa de muita família ou modista, na rua da Cadeira nº 81.”<sup>73</sup>

Outro tipo de sociabilidade que acontecia nesse universo de trabalho com as costuras era a relação entre homens proprietários de casas de moda e mulheres que exerciam funções nesses comércios como modistas e/ou como costureiras. O Bazar Dillon é um grande exemplo desse modelo de relação. O Bazar Dillon era um negócio localizado na rua do Ouvidor nº65 cujo os proprietários e administradores eram os irmãos Dillon. Dentro desse local havia uma série de lojas e modistas que trabalhavam para os irmãos Dillon, a título de exemplo: Christina Dillon, Mme. Dantigny, Mme. Lavissière. No *Jornal do Comércio* definiu-se esse estabelecimento como:

Na casa acima há dezoito lojas a disposição de qualquer pessoa que, possuindo fazendas e mercadorias, queria dar-lhes extração, ou associando-se no Bazar, ou negociando por sua conta. O local desse estabelecimento no centro do comércio, é o pequeno ônus com que se é admitido negociar, afiançam um lucro certo e constante.<sup>74</sup>

Posto isso, no tópico a seguir abordaremos com mais precisão uma série de estratégias e disputas realizadas por essas mulheres dentro dessa rede de sociabilidade que fora formada.

### **Estratégias e disputas**

É importante frisar, ainda, que havia uma diferença entre as mulheres que possuíam comércio na rua do Ouvidor, ou nas ruas adjacentes como rua d’Ajuda ou rua dos Ouveiros, e aquelas que atendiam as demandas de suas consumidoras em suas próprias casas. Além disso, havia ainda aquelas mulheres que costuravam apenas para seus próprias familiares, e porque não as considerar também como trabalhadoras do universo das costuras? Afinal, ao fazerem esse trabalho de maneira gratuita, evitava que sua família tivesse que gastar com uma costureira ou modista na rua e assim poderiam economizar. Seguindo a lógica que o trabalho doméstico é um tipo de trabalho mas que é frequentemente, não assalariado, embora – e por isso mesmo – seja fundamental para a movimentação da economia.<sup>75</sup> Ao momento que a família tinha uma mulher dentro de casa que realizava todo trabalho com as linhas, não precisava gastar dinheiro com modistas e costureiras.

---

<sup>73</sup>*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ed. 0900025, 30 de set. 1837, p. 02.

<sup>74</sup>*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ed. 302, 06 de nov. 1845, p. 04

<sup>75</sup>Sobre a relação entre trabalho doméstico, trabalho assalariado e mulheres, ver mais em: FEDERECI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

Constamos também, ao longo da nossa análise, uma disputa entre as modistas brasileira e as estrangeiras – francesas, em grande maioria, mas também algumas portuguesas. As brasileiras afirmavam que faziam os vestidos por um preço menor que as demais, “a costureira e modista brasileira... faz tudo que lhe incumbir, tudo por menos que as francesas”.<sup>76</sup> Assim como encontramos anúncios de mulheres que afirmavam que precisam de uma modista para “aprontar” um vestido, “qualquer Sra. modista nacional, que se queira encarregar desta obra, queira anunciar-se por esse Diário para ser procurada.”<sup>77</sup>

Lembremos ainda da diferença que existia entre o ofício das modistas e das costureiras e como essa distinção resultou, de forma estratégica, uma escapatória para uma modista francesa que anunciava seu trabalho nos jornais diários da época. Existia, para além da classe social das mulheres que exerciam trabalhos determinados, uma diferença prática entre essas duas ocupações.

Segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa* costureira era: “mulher que sabe de costura e que a exerce por ofício. Alfaiata de modas de mulher”.<sup>78</sup> E, modista era:

Mais ordinariamente usado no feminino. Pessoa que tem por ofício fazer vestidos, chapéus, e em geral todos objetos pertencentes ao vestuário de uma senhora, seguindo a moda, no corte e feito desses objetos.<sup>79</sup>

Conforme mencionado no começo do artigo, em 1831 foi instituída uma lei que cobrava imposto das Casas de moda e modistas; as modistas eram, em grande parte, proprietárias de negócios, enquanto as costureiras trabalhavam para as modistas, e por isso o imposto era cobrado de uma e não da outra. Josefina Sa(u)rin, de forma estratégica, afirmou que não era modista e, sim, costureira. Conseguindo, dessa forma, se livrar do imposto que deveria lhe ser cobrado.

Dito ao administrador da recebedoria do município, mandando exemptar (isentar) do pagamento do imposto de que se fez lançamento, a Josefina Sarin, visto que pela sua informação se conhece que a casa que tem aberta na R. do Ouvidor nº 128, antiga numeração, é de costureira e não de modista.<sup>80</sup>

Enquanto, um ano antes, em 1836, Josefina Saurin foi no *Jornal do Comércio* anunciar seu trabalho como modista, e não como costureira, conforme a figura a seguir demonstra.

---

<sup>76</sup>*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ed. 1200014, 19 de dez. 1831, p. 03.

<sup>77</sup>*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ed. 0900004, 05 de set. 1831, p. 03.

<sup>78</sup>SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, Tipografia de Antônio José da Rocha, 1858, p. 626.

<sup>79</sup>SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, Tipografia de Antônio José da Rocha, 1858, p. 383.

<sup>80</sup>*Correio Oficial: In médio posita virtus*, 8 de junho de 1837, ed. 123, pag. 2. Expediente do Ministério da Fazenda.

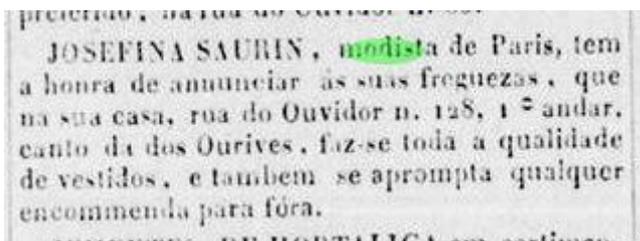


Figura 1: anúncio de Josefina no *Jornal do Comércio*. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_02&pasta=ano%20183&pesq=modistas&pagfis=7907](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_02&pasta=ano%20183&pesq=modistas&pagfis=7907). Acesso em: 12 de jan. 2021.

Assim, graças a estratégia pensada por ela, a modista (ou costureira?) conseguiu escapar do imposto que era obrigatório a todas as modistas. Mostrando assim que ações cotidianas determinavam a vida dessas mulheres e que elas sabiam escapar das leis e impostos dentro dos próprios trâmites das leis.

## Conclusão

Existiram uma série de relações entre as mulheres que trabalhavam com costuras no século XIX. E, assim como afirmado no começo do artigo e até mesmo no nome desse trabalho, efetivamente, se a “costura era um ofício de mulher” as mulheres souberam utilizar-se dele como forma de subsistência. Nosso objetivo com esse trabalho foi justamente perceber como essas relações foram se moldando e permitindo que as mulheres pudessem estabelecer seus comércios e/ou trabalharem para as Casas de moda e garantirem um capital, ainda que não fosse uma grande quantidade de montante financeiro.

E que esse trabalho, encarado como feminino, tais como os demais ofícios habituais ao período era fundamental na estruturação econômica da sociedade. O comércio de roupas e acessórios gerava renda para essas mulheres e permitia que as outras mulheres de classes mais elevadas – que não precisavam trabalhar – transformassem em consumidoras. Além disso, fazia a economia girar, tal como lembrado pelo historiador Daniel Roche:

Sem dúvida alguma, toda uma economia, toda uma sociedade dependia disso -a moda -: manufatureiros e comerciantes, o desenvolvimento de novas padronagens e novos tecidos, a renovação permanente das formas e dos arranjos, que eram ao mesmo tempo causa e efeito da competição indumentária. Vemos aqui como o real e o imaginário se imbricam na história da roupa.<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. P. 23.

Nesse sentido, defendemos a ideia que tal espécie de ofício foi fundamental para que as mulheres do período garantissem uma certa autonomia financeira. Não falamos em emancipação e muito menos em uma autonomia política – ainda muito distante do público feminino nesse período – mas que, de alguma forma, essas mulheres encontraram na costura um meio de se sustentarem, quando isso fosse necessário.

Foi através de um trabalho dito “feminino” que as mulheres foram ganhando essa autonomia financeira e posteriormente surgindo em lugares que antes não era permitido a figuras femininas. Por isso, é tão necessário olharmos atentamente para essas relações entre as mulheres que eram formadas no cotidiano da sociedade e no dia a dia do mundo do trabalho. Posto tal afirmativa, corroboramos com Popinigs e Schettini no momento em que as autoras declaram que:

O gênero cumpre um papel fundamental, tanto na articulação de identidades sociais que conformam a experiência de trabalhadores em diferentes momentos e lugares, como também na busca da conexão entre essas identidades e problemas históricos mais gerais.<sup>82</sup>

Nesse sentido, trazemos tais reflexões a fim de agregar conhecimento ao campo de estudos de gênero que entendem pequenas ações individuais ou sociais como fundamentais para a estruturação dos movimentos que levaram as mulheres a conquistarem cada vez mais autonomia e emancipação nos mais diversos campos.

## **Referências Bibliográficas**

### **Fontes**

*Jornal do Comércio*

*Diário do Rio de Janeiro*

*Mulher do Simplício ou a Fluminense Exaltada*

*Correio Oficial: In médio posita virtus*

*Dicionário da Língua Portuguesa* de Antônio de Moraes Silva

Lei de 15 de novembro de 1831 (título IV – referente a receita) – Publicação original.

Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html). Acessado em: 15/08/2020.

---

<sup>82</sup> POPINIGS, Fabiane, SCHETTINI, Cristiana. Apresentação Dossiê Perspectivas de gênero no mundo do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, V.01, n.02, 2009, p.05-12, p. 09

Lei nº556, de 25 de junho de 1850. Publicação original disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM556compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM556compilado.htm). Acessado em:  
11/11/2020.

### **Bibliografia**

BARTHES, Roland. *Sistema da moda*. São Paulo: Ed Nacional, 1979.

BORGES, Camila; MONTELEONE, Joana; DEBON, Paulo (orgs). *A história na moda, a moda na história*. São Paulo: Alameda, 2019.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

FEDERECI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MACEDO, Joaquim Manuel. *Memórias da rua do Ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963.

MARTINS, Ana Luiza. Presença imigrante francesa no Brasil: entre visões do paraíso e mercados de trabalho. In: LUCA, Tânia Regina; VIDAL, Laurent (orgs.) *Franceses no Brasil séculos XIX – XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

POPINIGS, Fabiane, SCHETTINI, Cristiana. Apresentação Dossiê Perspectivas de gênero no mundo do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, V.01, n.02, 2009, p.05-12.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. *A vida caseira é a sepultura dos talentos: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsis dos Santos (1850-1886)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/9807/4/cristianedepaularibeiro.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2020.

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

### **Figura:**

Figura 1: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ed. 150, 13 de jul. 1836, p. 04. Disponível em:[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_02&pasta=ano%20183&pesq=modistas&pagfis=7907](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_02&pasta=ano%20183&pesq=modistas&pagfis=7907). Acesso em: 12 de jan. 2021.

#### 4. NEGOCIANTES E IMPRESSOS: IMPRENSA MODERADA ENTRE MINAS GERAIS E O RIO DE JANEIRO (1827-1832)

Raphael Guilherme Santorio Silva<sup>83</sup>

**Resumo:** O presente artigo se propõe a analisar a rede de sociabilidade constituída entre a imprensa da província Minas Gerais e do Rio de Janeiro, durante o Primeiro Reinado. Serão investigados os jornais políticos de maior circulação por essas localidades no período, a saber: *Aurora Fluminense* e *Astréa*, do Rio de Janeiro; e os periódicos *O Universal* e *Astro de Minas*, de Minas Gerais. Daremos enfoque nos agentes que compõem e os que são mobilizados pela atividade tipográfica, com a finalidade de compreendermos seus interesses na difusão de escritos políticos. Na composição dessa rede estão envolvidos redatores, comerciantes, negociantes, proprietários e políticos vinculados ao grupo político liberal moderado, que, por meio de suas atividades econômicas e relações políticas, viabilizaram a circulação dos impressos pelas regiões.

**Palavras-chave:** Imprensa; Sociabilidade impressa; Circulação impressa; Primeiro Reinado.

**Abstract:** This paper seeks to analyze the network of sociability established between the press of the province of Minas Gerais and Rio de Janeiro, during the First Reign. The political newspapers with the greatest circulation in these locations in the period will be investigated, namely: *Aurora Fluminense* and *Astréa*, of Rio de Janeiro; and the journals: *O Universal* and *Astro de Minas*, of Minas Gerais. We will focus on the actors that compose and the ones that are mobilized by the typographic activity, with the goal of comprehend their interests in the diffusion of political writings. This network is composed by editors, merchants, traders, owners and politicians tied to the political liberal moderado group, that, through their economic activities and political relations, made the circulation of printed material in the regions possible.

**Keywords:** Press; Sociability press; Circulation press; First Reign.

#### Introdução

O presente artigo tem como objetivo a investigação da rede de sociabilidades constituída por redatores, comerciantes e políticos em torno da imprensa liberal moderada entre 1827 e 1832, com foco nos periódicos *Aurora Fluminense* e *Astréa*, que circularam na Corte, e *O Universal* e o *Astro de Minas*, os que circularam na província de Minas Gerais. A partir formulações iniciais, a hipótese é a de que os vínculos constituídos por estes agentes são importantes para a compreensão da circulação da imprensa entre esses espaços geográficos. Os comerciantes são compreendidos aqui enquanto responsáveis pela distribuição das publicações

---

<sup>83</sup> Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. E-mail: RaphaelGSS7@gmail.com

impressas, que, a partir de seus contatos constituídos por meio de atividades comerciais, impulsionavam a circulação dos jornais de linha moderada.

Ao longo da leitura dos periódicos moderados, é possível perceber alguns rastros que chamam atenção, e que se tornaram inquietações de pesquisa. Verifica-se um grande número de correspondências, com fragmentos de periódicos de várias localidades de Norte a Sul, que reproduzem notícias das mais variadas sobre essas localidades geográficas. As trocas de correspondências dos periódicos moderados entre Minas Gerais e Rio de Janeiro são as que mais chamam atenção em um primeiro momento, pela quantidade e pela assiduidade com que aparecem. A partir disso, buscou-se identificar os locais de venda e coleta de assinaturas, apresentados nos cabeçalhos das folhas, com objetivo de apurar as relações em comum entre os periódicos objeto da pesquisa.

Em um momento de consolidação da Independência, questões não resolvidas sobre projeto de nação para o Brasil retornaram ao cenário político, e mobilizaram a ação de agentes vinculados a grupos políticos na Corte. Os moderados competiam no cenário político com outros dois grupos, os áulicos (que viriam a ser chamados de caramurus após a Abdicação em 1831) e os exaltados. Apesar das dificuldades de se enquadrar atores ideologias políticas nesse período, corroboramos com as formulações de Marcello Basile sobre a formação desses três grupos no ambiente político do Primeiro Reinado<sup>84</sup>.

### **Impressos, redatores e locais de venda**

Ao longo do Primeiro Reinado novos atores buscam espaço na cena política da Corte, movimento este que se iniciou durante a primeira legislatura, em 1826. Esse é um período de grandes transformações na vida pública, ocasionado pela saída de um processo de independência política, no qual o projeto de governo monárquico representativo, confirmado pela outorga da Constituição de 1824, saiu como vencedor depois de um longo período de negociações. O grupo liberal moderado é um dos exemplos dessa renovação de ambiente, com uma atuação de destaque na imprensa do período, tanto no Rio de Janeiro quanto em outras províncias do recém fundado Estado Imperial brasileiro, como, por exemplo, nas províncias de Minas Gerais e São Paulo. Essa imprensa é compreendida pelos agentes enquanto ferramenta de ação e ascensão política.

---

<sup>84</sup> BASILE, Marcello. *Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*. Espírito Santo: Revista Dimensões, n. 18, p. 349-383, 2006, p. 350.

A atuação dos moderados ocorreu entre 1826 e 1836 – marcos, respectivamente, do início da estruturação e do fim do grupo –, período durante o qual ganhou proeminência no cenário político da Corte. Em um período marcado pela publicação de periódicos de vida efêmera – na qual, na maioria dos casos, as folhas não passavam de algumas edições –, uma característica fundamental do grupo foi a sua duração de suas publicações, que se mantinha por circulando por bastante tempo e com maior assiduidade entre uma publicação e outra. Segundo argumenta Marcello Basile, uma explicação provável par isso seria a identificação “[...] de uma fatia maior da opinião pública aos moderados e ao governo regencial que estes sustentavam, apoio que se manifestaria em uma procura mais ampla, constante e duradoura por esses jornais”<sup>85</sup>. Outro fator para qual o autor nos chama atenção, é para o grau de organização dos moderados, que estaria expresso na própria composição sócio-profissional.

Os principais periódicos moderados publicados no Rio de Janeiro foram a *Aurora Fluminense* e a *Astréa*, que se destacavam perante outras folhas do grupo. Já na província de Minas Gerais destacam-se dois periódicos de grande circulação durante o período que cobre o Primeiro Reinado e a metade da Regência, são eles: *O Universal* e o *Astro de Minas*.

Para a presente pesquisa, uma noção de suma importância se faz necessário para pensarmos a circulação destes periódicos, a noção de simultaneidade fornecida pelo conceito de “capitalismo editorial”, apresentado pelo historiador Benedict Anderson na obra “Comunidades Imaginadas”. Segundo o pesquisador os impressos funcionam como uma forma de integração territorial, diminuindo os problemas causadas pelos distanciamentos físicos presentes em um mundo pré-industrial, como o Brasil do século XIX. A circulação dos impressos funciona de forma a romper com as barreiras geográficas e tecnológicas presentes nesta sociedade, a partir do momento que a circulação de um periódico de Minas na Corte, e vice-versa, nos fornece uma noção de simultaneidade cronológica de sua produção, apresentando tempos cronológicos que coincidem. Ao mesmo tempo, as correspondências presentes de um jornal de outra província em uma folha de província distinta, fornecem notícias de um espaço diferente de experiência, que o distanciamento geográfico fez com que passasse despercebido. O jornal se apresenta, então, como uma alternativa para dinamizar as relações entre as províncias. Com isso se compreende o impresso como um meio eficaz de integração territorial, como um mobilizador das ações desses redatores, comerciantes e leitores, a partir do

---

<sup>85</sup> BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2004, p. 24.

momento em que se constitui “plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea” de populações que constituem espaços geográficos distintos.<sup>86</sup>

Faremos a seguir uma análise das folhas destacadas anteriormente. Todos os periódicos, objeto de análise desta pesquisa, foram consultados através da Hemeroteca Digital no site da Biblioteca Nacional<sup>87</sup>.

A *Aurora Fluminense* foi o jornal de maior proeminência do grupo, com sua primeira edição publicada em 21 de dezembro de 1827. Essa publicação ditou a linha de atuação dos moderados do fim do Primeiro Reinado até meados do período regencial. Seus números foram publicados com frequência assídua de três vezes por semana até 30 de dezembro de 1835, ano em que cessou sua publicação<sup>88</sup>, totalizando, assim, a expressiva marca de mil, cento e trinta e seis edições. A folha passou por quatro tipografias ao longo de seus oito anos de trajetória, são elas: Tipografia do Diário, Gueffier e C<sup>a</sup>, a de R. Ogier e a Americana de I. P. da Costa. Os exemplares eram vendidos na loja de livros de João Baptista dos Santos, na rua da Cadeia, e no estabelecimento livreiro de Evaristo Ferreira da Veiga e C<sup>a</sup> (redator da folha), na rua dos Pescadores. O periódico foi redigido, inicialmente por José Apolinário de Moraes, Francisco Valderato e pelo médico José Francisco Sigaud. Mais tarde, naquele mesmo ano, Evaristo Ferreira da Veiga, figura que ganharia destaque entre os liberais moderados, juntou-se aos três redatores, assumiu o posto de principal redator e, mais tarde, passou a ser o único. Permaneceu a frente da *Aurora Fluminense* até o seu último número publicado em 1835<sup>89</sup>.

Outra publicação de grande circulação do grupo liberal moderado na cidade do Rio de Janeiro foi o periódico *Astréa*, que iniciou sua atuação na imprensa em 7 de junho de 1826. Com quatro páginas por número, as edições da folha eram publicadas assiduamente todas as terças, quintas e sábados. Foram oitocentas e sessenta e duas edições publicadas até 18 de agosto de 1832, ano em que a folha interrompeu sua atuação. Os redatores e fundadores d’ *Astréa* eram Antônio José do Amaral, José Joaquim Vieira Souto e João Clemente Vieira Souto<sup>90</sup>. Ao longo de sua trajetória o jornal passou por três estabelecimentos tipográficos:

---

<sup>86</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 56-57.

<sup>87</sup> Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em outubro e novembro de 2019.

<sup>88</sup> Entre 1838 e 1839 circulou um periódico na Corte que se utilizava do mesmo nome, contudo o mesmo não tem nenhuma relação com o grupo moderado, a essa altura já extinto, nem com o redator da folha que circulou entre 1827-1835, pois o mesmo havia morrido. In. BASILE, Marcello. *O Império em construção...*, ob. cit., p. 24.

<sup>89</sup> Participou, também da redação d’ *O Homem e a América* a partir de 1831. In. SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 123.

<sup>90</sup> Basile aponta Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto como redatores da folha. Já Morel aponta apenas José Clemente Vieira Souto como redator. Sodré menciona ambos os Vieira Souto como sendo apenas uma pessoa ao longo de seu texto, porém não há clareza se seria um pseudônimo de uma mesma pessoa ou duas pessoas distintas. Pela leitura d’ *Astréa* é seguro confirmar José Clemente como um dos redatores, através de artigos

Tipografia Mercantil, Tipografia do Diário e, por fim, a Tipografia d' Astréa. O jornal era vendido inicialmente na loja de João Baptista dos Santos, localizada no nº 65 da rua da Cadeia, que também era o responsável pelo recolhimento das assinaturas mensais. Os números avulsos eram vendidos nas lojas de João Pedro da Veiga - irmão do futuro redator d' *Aurora Fluminense* -, localizada na rua da Quitanda, no estabelecimento de João Baptista Bompard, na rua dos Pescadores, além do já citado estabelecimento de João Baptista dos Santos. Em 1828 a publicação passou a ser vendida também no estabelecimento livreiro de Evaristo Ferreira da Veiga, agora jornalista, no mesmo estabelecimento da rua dos Pescadores, o que fornece indício de proximidade entre os redatores. Foi também a partir desse ano que a folha adotou como epígrafe o Artigo 179 da Constituição do Império: "Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste Direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar". Essa epígrafe passaria a ser usada nos anos seguintes também pelos periódicos *Universal* e *Astro de Minas*, o que demarcava a posição dos liberais moderados enquanto defensores da liberdade de imprensa e contra os periódicos vinculados aos interesses do imperador. É também um indício da rede de sociabilidade constituída pelos jornais moderados da Corte e de Minas Gerais.

A tipografia do redator d' *Astréa* e o estabelecimento livreiro de Evaristo Ferreira da Veiga são exemplos dos espaços de sociabilidade surgidos por meio do reconhecimento que esses atores adquiriam através da palavra impressa. Os leitores eram convidados a comparecer nesses espaços. Lá se realizavam as assinaturas dos periódicos, venda de números avulsos – tanto das folhas dos donos do estabelecimento quanto de outros impressos jornalísticos –, e também a possibilidade de diálogos abertos com os redatores das publicações. Conforme argumenta Marco Morel "[...] a tipografia e a redação converteram-se em ponto de comércio, no sentido mais amplo da palavra, configurando uma mescla de espaços públicos e privados, em que se fazia contatos diretos dos produtores com os receptores da imprensa"<sup>91</sup>.

O desenvolvimento da imprensa no pós-Independência foi um movimento que se estendeu para além da Cidade Imperial. Reverberava por outras províncias do Império e criava laços entre redatores, editores, vendedores e leitores. Conexões entre os que exerciam a

---

assinados pelo mesmo, contudo existem menções de José Joaquim como membro da Assembleia Geral, na mesma *Astréa*. Apurando as evidências, acredito que tenham sido duas pessoas distintas com relação de parentesco. In. BASILE, Marcello. *O Império em construção...*, ob. cit., p. 28; MOREL, Marco; DE BARROS, Marina Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p. 78; SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil...* ob. cit., pp. 114-136; *Astréa*. nº 63. 18/11/1826; e *Astréa*. nº 364. 02/12/1828.

<sup>91</sup> *Ibid.*, pp. 78-79.

atividade tipográfica, seus comercializadores, seu público leitor. É o caso da província de Minas Gerais, mais especificamente nos espaços urbanos de Ouro Preto (sede administrativa da província) e São João del-Rei, que estabelece também seus atores na cena impressa.

Em 18 de julho de 1825 era fundado em Minas Gerais o periódico *O Universal*, folha que perdurou até 30 de maio de 1842. O título totalizou, ao todo, a expressiva marca de dois mil quinhentos e sessenta e sete números publicados ao longo de seus 17 anos de trajetória na imprensa. Não se sabe ao certo quem esteve por trás da fundação da folha<sup>92</sup>. O que sabemos é que um de seus redatores, a partir de 1827, era Manoel Soares do Couto, àquela altura com vinte e três anos de idade, quando, provavelmente, seu pai Nicolau Soares do Couto arrendou a Oficina Patrícia Barboza e C<sup>a</sup> (tipografia que publicava *O Universal* desde seu início) de Manoel José Barboza. Seria a partir daí que o jornal passaria a se alinhar às ideias políticas do grupo liberal moderado, por influência de seus redatores. Da redação d' *O Universal* ocupava-se, também, além de Manoel Soares do Couto, José Pedro Dias de Carvalho<sup>93</sup> e Bernardo Pereira Vasconcellos<sup>94</sup>, esse último colaborando diretamente do Rio de Janeiro – onde o mesmo alcançaria grande proeminência como um dos mais importantes membros do grupo liberal moderado, tendo atuado como deputado eleito por Minas Gerais por várias legislaturas. Os números do jornal *O Universal* eram impressos pela tipografia Oficina Patrícia de Barboza e C<sup>a</sup>, tendo, posteriormente (por volta de 1829), sido rebatizada como Oficina Patrícia do Universal. É provável que tenha sido por volta desse ano que a tipografia tenha sido adquirida pelos Soares do Couto. O jornal conectava-se com várias comarcas da província de Minas Gerais. O recolhimento de correspondências e a comercialização da folha eram feitas nos estabelecimentos de: Custodio Amâncio de Magalhães (em Sabará), José Ferreira Carneiro (na Villa do Príncipe) e do redator do *Astro de Minas*, do qual falaremos a seguir, Baptista Caetano de Almeida (São João del-Rei).

No dia 20 de novembro de 1827 era fundado na cidade de São João del-Rei outro importante periódico em Minas Gerais, com papel de destaque entre os liberais moderados,

---

<sup>92</sup> A fundação do periódico é erroneamente atribuída a Bernardo Pereira Vasconcellos. Em 1825 Vasconcellos travou um embate na imprensa, defendendo-se das críticas feitas por Manoel Jacinto Nogueira da Gama (publicadas em correspondência pelo *Diário Fluminense*) contra o Conselho Geral da Província de Minas Gerais, onde cita especificamente o então desembargador Vasconcellos. Bernardo se defendia das acusações por meio d' *O Universal*, que lhe cedera espaço naquele momento, sendo, talvez, o motivo para a atribuição errônea do mesmo como seu fundador e redator da folha ouro-pretana. In: RODARTE, Claus Rommel. *Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª legislatura da assembleia geral do império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2011, pp. 290-294.

<sup>93</sup> Sobre José Pedro Dias de Carvalho, ver: Idem, pp. 295-296. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. V, pp. 116-117.

<sup>94</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. I, pp. 415-416.

tanto na província quanto fora dela. Seu fundador era Baptista Caetano de Almeida, que redigia a folha junto com Francisco Assis Brasiel. Ao todo foram mil setecentos e sessenta e nove edições (publicadas as terças, quintas e sábados) e que saíam, ao longo de toda a trajetória da folha, pela Tipografia do Astro de Minas. As edições eram vendidas nas cidades do Rio de Janeiro e de Ouro Preto. Na Corte, inicialmente, João Pedro da Veiga (João Pedro da Veiga e C<sup>a</sup>) era o subscritor. Contudo, mais tarde, passou a ser vendido no estabelecimento livreiro de seu irmão Evaristo Ferreira da Veiga<sup>95</sup>. Em Ouro Preto as edições eram comercializadas no estabelecimento do já citado pai de um dos redatores d' *O Universal*, Nicolau Soares do Couto.

Fundador e redator do periódico são-joanense, Baptista Caetano de Almeida era figura de bastante prestígio na cidade e também muito conhecida em outras partes da província, já naquele momento. O mesmo era nascera em Camanducaia (Minas Gerais) em maio de 1797, e era filho de Manoel Furquim de Almeida e de Anna Bernardina de Mello.<sup>96</sup> Mudou-se para São João del-Rei ainda jovem. Onde, por motivo da realização de seus estudos primários e secundários, se assentou e casou-se em 1827 com Mariana Alexandrina Teixeira. A esposa do redator era advinda de grupo familiar abastado, sendo filha do Barão de Itambé. Sua família era ligada, inicialmente, a atividade de mineração de ouro e passou, mais tarde, a investir seu capital acumulado na atividade cafeeira, quando estabeleceu uma propriedade de cultivo do gênero em Vassouras (Rio de Janeiro). Autodidata, Caetano de Almeida era conhecido na região por suas atividades comerciais, que foram, provavelmente, importantes para a concretização de seu matrimônio, assim como para a relação que constituíra com a família Teixeira Leite. Introduzido na atividade pelo prestígio de comerciantes já bem consolidados em sua família, Baptista logo se consolidou na cidade de São João del-Rei, onde exerceu cargos públicos importantes. Em 1827 fundou na cidade o que seria a primeira biblioteca pública de Minas Gerais (local que carrega seu nome atualmente) e mais tarde, naquele mesmo ano a tipografia e o jornal *Astro de Minas*.<sup>97</sup>

### **Sociabilidade e circulação impressa**

---

<sup>95</sup> Provavelmente foi em 1827 que Evaristo deixou a sociedade com o irmão para fundar seu próprio estabelecimento, mesmo ano em que fundara a *Aurora Fluminense*, pois são quando surgem as primeiras menções ao estabelecimento.

<sup>96</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. I, pp. 378-379.

<sup>97</sup> MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida, projeto civilizacional e práticas políticas no Brasil pós-Independência (São João del-Rei, 1824-1839)*. Juiz de Fora: UFJF (Dissertação de Mestrado), 2011, pp. 28-33.

A existência de uma rede de sociabilidade dentro da província de Minas Gerais foi analisada por Rodrigo Fialho em pesquisa sobre a formação da imprensa mineira<sup>98</sup>. Onde o mesmo verificou, por meio de um levantamento quantitativo, um grande número de correspondências de jornais do Rio de Janeiro, assim como de várias outras províncias, publicadas n' *O Universal* e *Astro de Minas*. Contudo, o que se propõe na presente pesquisa é realizar uma análise das conexões entre os periódicos para além dos conteúdos publicados nas folhas. Optamos, portanto, por uma análise das relações que privilegia redatores – que em geral recebem mais visibilidade em estudos –, mas também os comerciantes e negociantes, que em geral não são foco de atenção em estudos sobre a imprensa. Ou seja, a partir das relações constituídas entre os agentes que viabilizam a circulação impressa dos quatro periódicos (objetos desta pesquisa) entre Minas Gerais e a Corte.

Ao abordarmos as sociabilidades que se constituem em torno da palavra impressa, o historiador estadunidense Robert Darnton é um autor de grande importância para pensarmos produto cultural impresso não apenas a partir dos textos que estão sendo transmitidos, mas também a sua constituição enquanto objeto físico. Neste sentido sua argumentação aponta os holofotes para os sujeitos, tanto os visíveis quanto os invisíveis, que estão envolvidos na produção e na difusão dos jornais. Redatores, editores (que em muitos casos são os próprios redatores), comerciantes e mesmo os meios disponíveis de transporte, são compreendidos como agentes culturais que, assim como qualquer sujeito, possuem interesses específicos. Assim, todos os indivíduos envolvidos no que Darnton denomina de “circuito das comunicações” estão em constante negociação com a finalidade de defender seus interesses específicos.<sup>99</sup> Ao aplicarmos os apontamentos teóricos de Darnton a nosso objeto em específico, podemos perceber a concretização dos interesses dos agentes analisados, bem como as relações sociais e econômicas constituídas entre os mesmos, que se reverberam publicamente (por meio da imprensa) na cena política no fim do Primeiro Reinado.

No Rio de Janeiro, Evaristo Ferreira da Veiga montou um estabelecimento bastante reconhecido pelo público, no qual negociava conhecidas obras de autores que os componentes do grupo liberal moderado certamente tiveram contato na construção de suas ideias sobre o liberalismo<sup>100</sup>. Lá vendiam-se obras como as de Augustin Thiers, Edmund Burke, Jean-Baptiste Say, Droz, Tracy, Beccaria e Maquiavel. Além de renomados títulos de pensadores e teóricos

---

<sup>98</sup> SILVA, Rodrigo Fialho. *Nas Minas... por entre “typos”, jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais*. Rio de Janeiro: UERJ (Tese de Doutorado), 2011.

<sup>99</sup> DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 150-156.

<sup>100</sup> Conforme menciona Basile a partir da consulta do inventário *post-mortem* de Evaristo. In. BASILE, Marcello. *O Império em construção...*, ob. cit., p. 26.

do liberalismo como: Adam Smith, Raynal, Benjamin Constant e Benjamin Franklin. Um desses clientes era provavelmente Baptista Caetano de Almeida.

Em São João del-Rei, Caetano de Almeida havia fundado uma biblioteca de caráter público em 1827 (a primeira biblioteca pública de Minas Gerais), meses antes de fundar a Tipografia do Astro e o periódico *Astro de Minas*. Nela encontradas obras de alguns dos autores que Ferreira da Veiga comercializava em seu estabelecimento na Corte. Além de obras sobre teoria política, de história (francesa, inglesa e americana), títulos sobre agricultura e comércio, entre outros<sup>101</sup>. Na biblioteca estavam disponíveis “para quem quisesse ler”, segundo dizia em sua folha, periódicos de várias províncias do Império, entre eles o *Aurora Fluminense*, *Astréa* e *O Universal*<sup>102</sup>. Percebe-se também, pela lista, que os periódicos disponíveis não se restringiam a publicações alinhadas aos moderados, verificando-se, também, publicações *caramurus* e *exaltadas*. Para dispor de tantos livros e periódicos de várias províncias naquele estabelecimento, certamente Caetano de Almeida precisava de intermediários em várias localidades ou, talvez, apenas um que se localizava na cidade do Rio de Janeiro.

Esse intermediário era Estevão Alves de Magalhães. Incumbido (por Baptista Caetano de Almeida) de agenciar os negócios da livraria na Corte, de acordo com uma correspondência do *Astro de Minas* publicada n° *Astréa*<sup>103</sup>. O mesmo foi nomeado como procurador da Biblioteca Pública, e era encarregado de emitir cédulas que conferia autorização para o transporte de qualquer objeto que julgasse conveniente ao referido estabelecimento, dentre eles: livros, utensílios, assinaturas de jornais e folhas periódicas. Magalhães era farmacêutico, nascido na Vila de São Joao del-Rei em 1792, advindo de família ligada a exploração de minério em Minas Gerais. Constituiu relações comerciais em várias províncias do Império e mesmo fora dele, no Rio da Prata local para onde viajava com frequência<sup>104</sup>. Em algum momento de sua vida também esteve envolvido com a composição de tipos, contudo não conseguimos precisar em qual período se dedicou a tal atividade. Foi membro do grupo moderado e participou, após a abdicação, da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência

---

<sup>101</sup> MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João del-Rei no início do século XIX-a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Minas Gerais: UFMG (Dissertação de Mestrado), 2000, p. 113.

<sup>102</sup> Em lista publicada no *Astro de Minas* estão relacionados, além dos periódicos já mencionados, o *Farol Maranhense*, *Abelha Pernambucana*, *Constitucional Pernambucano*, *Diário de Pernambuco*, *Cruzeiro*, *Amigo do Povo*, *Gazeta Parahybana*, *Bahiano*, *Farol Paulistano*, *Diário Fluminense*, *Malagueta*, *Luz Brasileira*, *Jornal do Commercio*, *Courier* e *Amigo da Verdade*. In. *Astro de Minas*, n° 304, 20/10/1829.

<sup>103</sup> *Astréa*, n° 245, 12/02/1828.

<sup>104</sup> SANTOS, Ezequiel Corrêa dos. *Estevão Alves de Magalhães*. In. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905, v. 14, pp. 537-542.

Nacional<sup>105</sup>. O mesmo tinha uma botica na rua dos Pescadores nº 19<sup>106</sup>, mesmo rua em que Evaristo Ferreira da Veiga (que colhia assinaturas para o *Astro de Minas*) estabeleceu sua livraria naquela época, onde comercializava poções, bilhetes de loteria e mesmo periódicos. Era por meio de Magalhães, intermediário de Caetano de Almeida, que o *Aurora Fluminense* e a *Astréa* difundiam-se pelas Minas Gerais. Era ele, também, o responsável pela entrada do *Astro de Minas* e d' *O Universal* no Rio de Janeiro.

Na outra ponta do circuito estava Nicolau Soares do Couto, que, conforme mencionamos, era pai do redator de um dos redatores da folha ouro-pretana, Manoel Soares do Couto. Nicolau tinha uma casa comercial estabelecida em Ouro Preto, e, dentre as várias atividades que exerceu na vida, foi também funcionário dos correios na primeira década do séc. XIX. Seu estabelecimento comercial tinha profundas ligações com o São João del-Rei e o Rio de Janeiro<sup>107</sup>. Nessa casa, localizado na rua da Direita, comercializava periódicos, bilhetes de loteria e até mesmo escravos. Sendo o mesmo responsável por comercializar e colher assinaturas para o *Astro de Minas* em Ouro Preto, e, provavelmente, por onde os números d' *Aurora Fluminense* e *Astréa* chegavam à vila.

O circuito Rio de Janeiro, São João del-Rei e Ouro Preto é por onde os quatro periódicos circulavam em idas e vindas. Conectam espaços de experiência distintos, e afastados pelos percalços geográficos e tecnológicos. Integram as Minas e a Corte através da atividade simultânea de redatores e comerciantes. Agentes que viabilizam a comunicação entre as partes. Estabelecem vínculos entre impressos e seus leitores. Impulsionam, com isso, o projeto político liberal moderado, que adquire legitimidade na opinião pública. São essas características de uma sociabilidade que se desenrola nos espaços públicos e híbridos (público e privados) das livrarias, bibliotecas e estabelecimentos comerciais daquele período. Por meio de relações familiares e de proximidade, das quais Marco Morel, através das formulações teóricas da obra de Maurice Agulhon, caracteriza como uma forma de sociabilidade informal<sup>108</sup>.

Por trás da organização dessa articulação estão envolvidos interesses políticos e mesmo econômicos dos agentes vinculados ao grupo, que tinham estreitos laços com a economia de

---

<sup>105</sup> Criada no pós-Abdicação, essa organização associativa congregava membros, principalmente, do grupo moderado, mas também de outros grupos. Criado como uma reação aos radicalismos que levaram ao 7 de abril.

<sup>106</sup> Há menções do estabelecimento de Estevão Alves de Magalhães desde 1824 em anúncios publicados pelo Diário do Rio de Janeiro. In. *Diário do Rio de Janeiro*, nº 9, 12/02/1828.

<sup>107</sup> Conforme consta em seu inventário *post-mortem*, datado de 1842, Nicolau adquiriu vários empréstimos de estabelecimentos de credores na cidade do Rio de Janeiro. In. ANDRADE, Leandro Braga de. *Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, c. 1822-c. 1864*. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2013, pp.260-261.

<sup>108</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 220-222.

abastecimento que interligava Minas Gerais e a praça comercial do Rio de Janeiro, como os deputados e líderes moderados José Custódio Dias e José Bento Ferreira de Mello<sup>109</sup>. Segundo Alcir Lenharo, “o comércio de abastecimento da Corte construiu o elo necessário entre o setor rural ligado à produção e comercialização e os setores urbanos emergentes”, que reunia setores sociais diversos e “formavam uma ‘inteligência’ incipiente, representativa dos novos setores emergentes”<sup>110</sup>. Na *Aurora Fluminense*, Evaristo Ferreira da Veiga frequentemente se posicionava em defesa de comerciantes, negociantes e proprietários. O mesmo sugeria ao público nomes advindos desses setores para a composição da Câmara dos Deputados na segunda legislatura, que segundo o redator seriam “os mais aptos a pugnam em favor dos interesses da indústria, dos melhoramentos sociais e para votarem com liberdade”<sup>111</sup>.

O resultado da circulação impressa e da atuação do grupo por meio da imprensa, são as eleições para a segunda legislatura (1830-1833) e a Abdicação de D. Pedro I em 7 de abril, na qual percebe-se a ampliação do grupo em âmbito nacional e a afirmação dos moderados na política nacional<sup>112</sup>. Nas eleições Evaristo Ferreira da Veiga, que viveu a vida toda no Rio de Janeiro, se elege deputado por Minas Gerais, ao receber mais de 212 votos. Tendo, seu local de origem, recebido menos de cem, o que não o habilitava a ser eleito deputado pelo Rio de Janeiro. Foi o caso, também, de José Joaquim Vieira Souto, d’ *Astréa*, que foi eleito em ambas as províncias com votação expressiva, tendo escolhido representar o Rio de Janeiro. A *Astréa* contaria ainda com a participação de Antônio José do Amaral na Câmara dos Deputados como o mais votado nas listas fluminenses<sup>113</sup>. Em Minas Gerais, Bernardo Pereira Vasconcellos seria reeleito para a segunda legislatura. Sendo outro fato curioso, a expressiva votação de José Pedro Dias de Carvalho<sup>114</sup>, companheiro de redação de Vasconcellos n’ *O Universal*, que na época do pleito ainda não tinha idade para assumir cargos políticos. Ainda em Ouro Preto, Manoel Soares do Couto seria eleito para compor o Conselho de Província, função que assumiu a partir de 1830. Os redatores do *Astro de Minas* também seriam eleitos, sendo Baptista Caetano de Almeida eleito deputado e Francisco de Assis Brasiel eleito vereador. O primeiro com votação expressiva em várias localidades da província de Minas Gerais. Mais até do que em São João

---

<sup>109</sup> LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992, p. 25.

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 105.

<sup>111</sup> *Aurora Fluminense*, nº 73, 30/07/1828.

<sup>112</sup> SILVA, Wlamir. *Liberals e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009, pp. 105-106.

<sup>113</sup> Lista de deputados mais votados em Minas e na Corte está presente nas edições do *Astro de Minas*. In. *Astro de Minas*, nº 166, 09/12/1828 e *Astro de Minas*, nº 172, 23/12/1828.

<sup>114</sup> Em Campanha José Pedro de Carvalho recebeu 103 votos. In. *Astro de Minas*, nº 162, 29/11/1828.

del-Rei, onde recebeu apenas quatro votos. Resultado que causou polêmica e o fez receber acusações de suborno aos eleitores de outras vilas da província.

### **Conclusões preliminares**

Ao investigarmos a circulação dos periódicos moderados, é possível perceber os interesses dos agentes envolvidos e as estratégias utilizadas para a concretização de tais interesses. Os vínculos constituídos e consolidados, que se reúnem em torno da atividade da atividade tipográfica, são fundamentais para compreender a importância da imprensa enquanto produto cultural. A imprensa, a partir de sua circulação pelos espaços, pode ser compreendida como uma forma de realização de uma integração territorial em torno do projeto político dos liberais moderados. Os impressos são importantes ferramentas de ação política, comunicação com bases de eleitores e ascensão política para esses setores sociais que buscam se consolidar na política nacional. Setores já consolidados localmente, que desempenham atividades econômicas dinâmicas e reconhecidas em suas localidades, mas que almejam uma maior participação política para a concretização de seus interesses. Na composição social dos moderados é possível identificar esses agentes, que vêm o pós-Independência enquanto um período de possibilidades para fazer valer seus interesses.

### **Referências Bibliográficas**

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Leandro Braga de. *Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, c. 1822-c. 1864*. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2013.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2004.

BASILE, Marcello. *Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*. Espírito Santo: Revista Dimensões, n. 18, p. 349-383, 2006.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

- MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida, projeto civilizacional e práticas políticas no Brasil pós-Independência (São João del-Rei, 1824-1839)*. Juiz de Fora: UFJF (Dissertação de Mestrado), 2011.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MOREL, Marco; DE BARROS, Marina Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João del-Rei no início do século XIX-a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Minas Gerais: UFMG (Dissertação de Mestrado), 2000.
- RODARTE, Claus Rommel. *Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª legislatura da assembleia geral do império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2011.
- SILVA, Rodrigo Fialho. *Nas Minas... por entre "typos", jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais*. Rio de Janeiro: UERJ (Tese de Doutorado), 2011.
- SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

### Fontes

- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 7 vs. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 (ed. fac-similar do original de 1883-1902).
- SANTOS, Ezequiel Corrêa dos. *Estevão Alves de Magalhães*. In. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905, v. 14, pp. 537-542.
- HEMEROTECA BNDIGITAL. *Astréa (1826-1832)*. Edições de 1827-1832, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.
- HEMEROTECA BNDIGITAL. *Astro de Minas (1827-1839)*. Edições de 1827-1832, Minas Gerais. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.
- HEMEROTECA BNDIGITAL. *Aurora Fluminense (1827-1839)*. Edições de 1827-1832, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

HEMEROTECA BNDIGITAL. *O Universal (1825-1842)*. Edições de 1827-1832, Minas Gerais. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

HEMEROTECA BNDIGITAL. *Diário do Rio de Janeiro (1821-1858)*. Edição de 1828, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.